



CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 17.245.234/0001-00

NIRE 31.300.044.254

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS COMPLETAS - 2025

- Relatório da administração;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- Demonstrações Financeiras – individuais e consolidadas;
- Proposta de orçamento de capital;
- Declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras;
- Declaração dos diretores que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Na forma da lei, a Administração da Companhia, submete para apreciação, as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico e setorial significativamente mais desafiador do que o observado nos anos anteriores. No cenário doméstico, a atividade econômica apresentou crescimento moderado, com o Produto Interno Bruto (PIB) registrando variação de 2,3%, enquanto a manutenção das taxas de juros em patamares elevados ao longo de praticamente todo o ano continuou a impor restrições ao nível de consumo, ao investimento produtivo e à dinâmica de crédito.

Esse contexto afetou de forma direta os mercados em que a Companhia atua. Ao longo de 2025, observou-se uma demanda inferior à inicialmente projetada, exigindo ajustes contínuos no nível de produção com o objetivo de preservar o equilíbrio operacional e evitar a formação excessiva de estoques, priorizando a preservação de caixa. Após um primeiro trimestre relativamente estável, a retração da demanda tornou-se mais evidente a partir do segundo trimestre, intensificando-se no quarto trimestre de forma mais acentuada do que o inicialmente estimado.

Como consequência, a Receita Bruta de Vendas do exercício ficou mais de 20% abaixo do valor previsto no Orçamento e cerca de 15% inferior à registrada em 2024. A menor diluição dos custos fixos, aliada à dificuldade de repasse de aumentos de custos em um ambiente de mercado enfraquecido, pressionou as margens operacionais e reduziu a geração de caixa ao longo do ano, com impacto mais relevante no último trimestre.

Adicionalmente, o cenário financeiro permaneceu adverso. A manutenção das taxas de juros em níveis elevados fez com que as despesas financeiras consumissem parcela relevante da geração operacional de caixa, limitando a capacidade de desalavancagem da Companhia e contribuindo para o aumento do endividamento ao final do exercício. Ainda que o desempenho operacional recorrente tenha apresentado resiliência em diversos momentos do ano, o peso do custo financeiro permaneceu como um dos principais fatores de pressão sobre o resultado líquido final.

Diante desse cenário, a Administração intensificou, ao longo de 2025, um conjunto de ações estruturais voltadas à adequação da Companhia a um ambiente de menor crescimento e maior custo de capital. Destaca-se o início de um projeto abrangente de redução de custos e despesas, desenvolvido com o apoio de consultoria externa especializada, cujo potencial de economia, quando plenamente implementado, é estimado em aproximadamente R\$ 50 milhões anuais. Esse projeto contempla revisão de processos, racionalização de estruturas e captura de ganhos de eficiência operacional e administrativa.

Outro movimento estratégico relevante foi a incorporação de todas as empresas controladas, aprovada ao longo do exercício. Essa iniciativa trouxe significativa simplificação da estrutura societária e operacional, com redução de despesas administrativas recorrentes, maior eficiência na gestão e otimização das compensações fiscais, além de preparar a Companhia para uma atuação mais integrada e eficiente nos próximos ciclos de mercado.

Embora 2025 tenha sido um ano desafiador sob diversos aspectos, a Administração entende que as decisões tomadas ao longo do exercício reforçam as bases para a recuperação gradual da rentabilidade e da geração de caixa em um cenário macroeconômico mais favorável. A combinação entre disciplina operacional, ajuste da estrutura de custos, simplificação societária e foco na eficiência posiciona a Companhia de forma mais sólida para enfrentar os desafios futuros e capturar oportunidades quando houver melhora do ambiente econômico.

A Administração agradece a confiança de seus acionistas, o comprometimento de seus colaboradores

e o apoio de clientes, fornecedores e parceiros, fundamentais para atravessar um ano de elevada complexidade e preparar a Companhia para os próximos passos de sua trajetória.

Política de Equidade

A Companhia mantém o compromisso com práticas de remuneração justas, equitativas e alinhadas aos princípios de diversidade, inclusão e desempenho que orientam sua estratégia de gestão de pessoas. A diretriz de remuneração é estruturada com base em critérios objetivos, considerando as responsabilidades, a complexidade das funções, o desempenho, o posicionamento de mercado e a equidade interna, de forma a assegurar tratamento justo aos colaboradores, reforçando a obrigação de promover a equidade de tratamento e a concessão de oportunidades sem discriminação de origem, raça/cor, gênero, orientação sexual, cor, idade, crença, deficiência ou quaisquer outras formas. A Companhia assume o compromisso de combater a discriminação, bem como de respeitar e valorizar a diversidade junto a todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos com os quais se relaciona.

Em um nível mais amplo, possui a seguintes composição em seu quadro:

Gênero	Cargos de Liderança				Todos os cargos			
	Branco	Preto	Pardo	Total	Branco	Preto	Pardo	Total
Feminino	3%	1%	7%	11%	5%	5%	22%	32%
Masculino	27%	7%	55%	89%	10%	11%	47%	68%
Total	30%	8%	62%	100%	15%	16%	69%	100%

PcD – no quadro geral o número de Pessoas com Deficiência é de 66 femininos e 88 masculinos. Em março de 2007 a Cedro juntamente com outras dez empresas fundaram o **Instituto Minas pela Paz**, é uma organização da sociedade civil que tem como missão promover uma cultura de paz e reduzir a criminalidade em Minas Gerais, através de articulações entre o setor privado, o poder público e a sociedade.

Principais aspectos do movimento:

- **Foco na Ressocialização:** Uma das principais frentes de atuação é o apoio às APACs (Associações de Proteção e Assistência aos Condenados). O instituto auxilia na capacitação profissional de detentos e na ampliação da metodologia de gestão dessas unidades.
- **Parcerias Estratégicas:** Atua em colaboração com entidades do Sistema S (como o SENAI) para oferecer cursos profissionalizantes em áreas como panificação, mecânica, elétrica e costura industrial. Também possui parcerias com o Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN-MG) para fortalecer políticas públicas de qualificação profissional.
- **Inclusão e Prevenção:** O movimento busca incentivar o exercício da cidadania e a participação social na defesa de um ambiente mais seguro. Iniciativas como o projeto "Trampolim" focam na sensibilização de jovens em medidas socioeducativas, abordando temas como racismo, empreendedorismo e mercado de trabalho.
- **Comunicação:** O Minas pela Paz intensifica suas ações de comunicação para aproximar a sociedade de seus projetos, incluindo a publicação de revistas sobre suas iniciativas.

A transparência e a evolução contínua dessas práticas seguem como prioridades da Administração, em linha com o compromisso de geração de valor sustentável para colaboradores, acionistas e sociedade.

Comentário de Desempenho

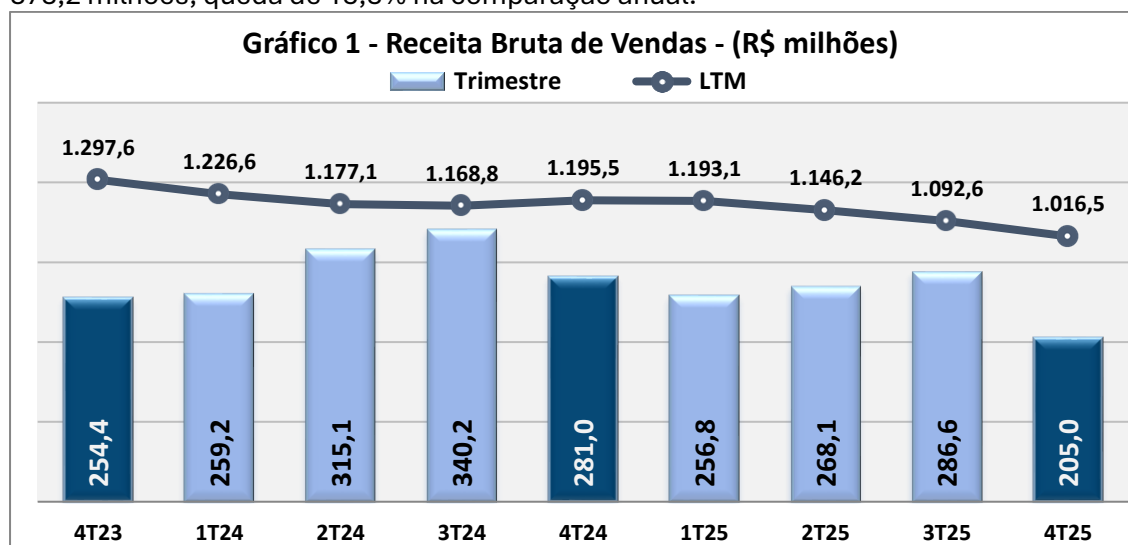
Para melhor compreensão do desempenho econômico-financeiro, as tabelas, gráficos e textos a seguir exibem dados consolidados até 30/09/2025 e, a partir dessa data, os três últimos meses do exercício refletem os números da Cedro em base individual, já considerando os efeitos decorrentes da incorporação das controladas.

Principais indicadores no trimestre						
Contas	4T25		4T24		Evolução 24 - 25	
	R\$ mil	AV	R\$ mil	AV	R\$ mil	AH
Rec. bruta de vendas (RBV)	204.983		281.014		(76.031)	-27,1%
Rec. líq. de vendas (RLV)	174.816	100,0%	244.635	100,0%	(69.819)	-28,5%
Lucro bruto (LB)	39.181	22,4%	77.817	31,8%	(38.636)	-49,6%
Lucro da atividade (EBIT)	386	0,2%	41.890	17,1%	(41.504)	-99,1%
Lucro líquido (LL)	(13.156)	-7,5%	60.409	24,7%	(73.565)	-121,8%
lucro líquido ajustado	(15.525)	-8,9%	60.409	24,7%	(75.934)	-125,7%
EBITDA ajustado	6.757	3,9%	52.151	21,3%	(45.394)	-87,0%

Principais indicadores anuais LTM (últimos 12 meses)						
Contas (em R\$ mil)	Acumulado 4 trimestres - LTM				Evolução 24 - 25	
	2025	AV	2024	AV	R\$ mil	AH
Rec. bruta de vendas (RBV)	1.016.549		1.195.451		(178.902)	-15,0%
Rec. líq. de vendas (RLV)	878.159	100,0%	1.036.777	100,0%	(158.618)	-15,3%
Lucro bruto (LB)	221.221	25,2%	307.192	29,6%	(85.971)	-28,0%
Lucro da atividade (EBIT)	57.975	6,6%	165.244	15,9%	(107.269)	-64,9%
Resultado líquido (LL)	(32.923)	-3,7%	110.590	10,7%	(143.513)	-129,8%
Lucro líquido ajustado (*)	(18.486)	-2,10%	110.590	10,7%	(129.076)	-116,7%
EBITDA ajustado	95.339	10,9%	193.794	18,7%	(98.455)	-50,8%

Receitas Bruta e Líquida de Vendas (RBV e RLV)

A Receita Bruta de Vendas totalizou R\$ 1.016,5 milhões em 2025, retração de 15,0% em relação a 2024, refletindo essencialmente a menor quantidade vendida ao longo do ano, com preços relativamente estáveis. A Receita Líquida de Vendas acompanhou esse movimento, alcançando R\$ 878,2 milhões, queda de 15,3% na comparação anual.



Lucratividade Bruta

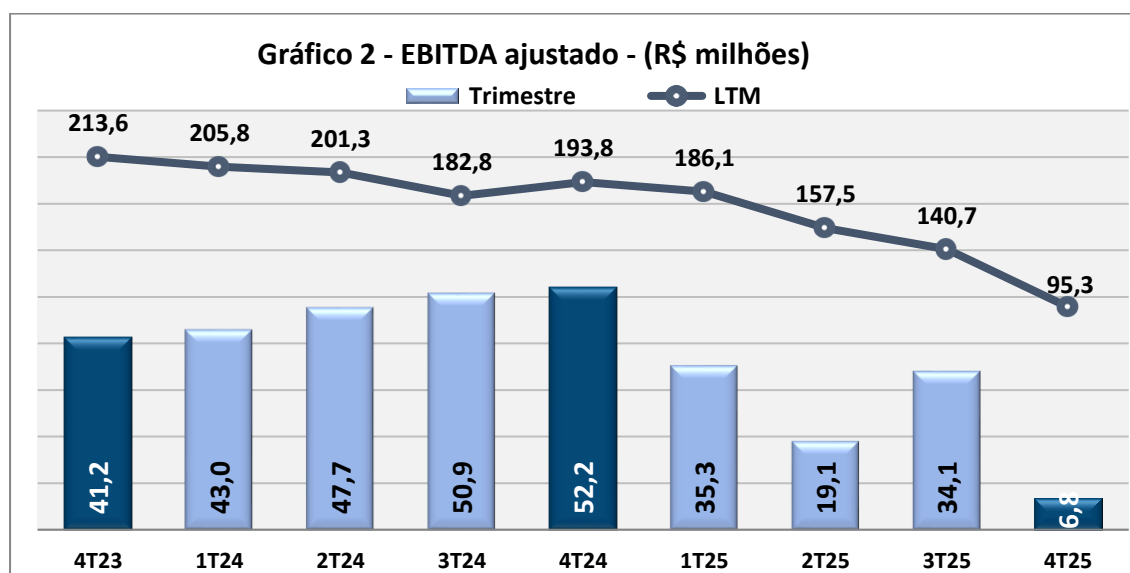
O Lucro Bruto do exercício somou R\$ 221,2 milhões, com margem de 25,2%, inferior aos 29,6% registrados em 2024. A principal razão para essa redução foi a menor diluição dos custos fixos, decorrente da adequação do nível de produção ao mercado ao longo do ano, movimento que se intensificou no quarto trimestre.

Trimestre	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Margem bruta	31,8%	30,8%	29,6%	26,9%	31,8%	27,9%	23,6%	26,2%	22,4%

Geração de Caixa (EBITDA)

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 95,3 milhões em 2025, com margem de 10,9%, representando uma redução de 50,8% em relação a 2024. O desempenho mais fraco da geração de caixa foi influenciado pela retração das margens operacionais e pela forte queda do EBITDA no quarto trimestre, que somou apenas R\$ 6,8 milhões.

Trimestre	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Margem Ebitda	18,8%	19,1%	17,6%	17,3%	21,3%	15,8%	8,3%	13,7%	3,9%



A Companhia ajusta o Ebitda para fins de comparabilidade entre os períodos, eliminando os efeitos não recorrentes (positivos ou negativos) do seu cálculo.

Conciliação do EBITDA com o lucro líquido				
Contas (em R\$ mil)	No trimestre		Acumulado em	
	4T25	4T24	31/12/25	31/12/24
Resultado líquido	(13.156)	60.409	(32.923)	110.590
(-) Resultado financeiro	21.822	20.898	98.643	83.116
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.280)	(39.417)	(7.745)	(28.462)
(-) Depreciação e amortização	7.284	6.147	27.828	23.190
EBITDA	7.670	48.037	85.803	188.434
Despesas (receitas) não recorrentes (*)	(913)	4.114	9.536	5.360
EBITDA ajustado (**)	6.757	52.151	95.339	193.794

(*) A Administração considera como operações de não recorrentes, além dos dois eventos citados acima, o resultado na venda de imóveis e a constituição de provisão e/ou reversão de provisões para perdas constantes na Nota 29, assim como a constituição de impostos diferidos em 2024.

(**) O EBITDA Ajustado corresponde ao EBITDA excluindo os efeitos dos resultados de operações considerando

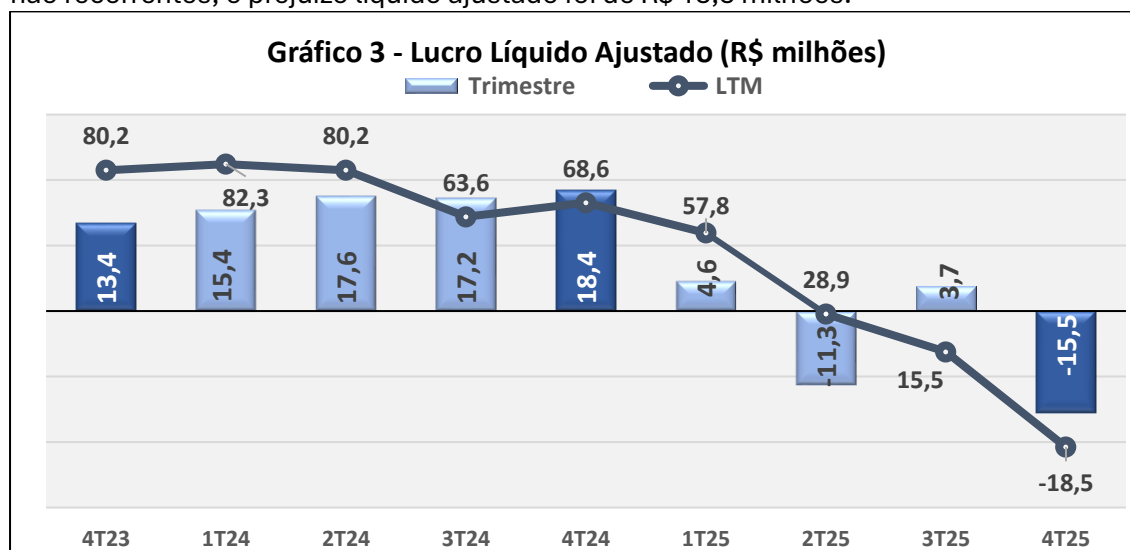
sua eventualidade na geração de caixa.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 98,6 milhões no exercício, aumento de 18,7% em relação a 2024. A manutenção das taxas de juros em patamares elevados ao longo de 2025 fez com que o resultado financeiro consumisse parcela relevante da geração de caixa operacional, limitando a capacidade de desalavancagem da Companhia.

Resultado Líquido

Em função do desempenho operacional mais fraco e do elevado nível das despesas financeiras, a Companhia encerrou 2025 com prejuízo líquido de R\$ 32,9 milhões. Excluídos os efeitos dos eventos não recorrentes, o prejuízo líquido ajustado foi de R\$ 18,5 milhões.



Eventos Não Recorrentes

No exercício de 2025, dois eventos não recorrentes impactaram de forma relevante os resultados da Companhia, afetando o resultado operacional, o resultado financeiro e, consequentemente, o resultado líquido e a geração de caixa.

O primeiro evento refere-se à incorporação das controladas Santo Antônio e Cedro Serviços. No momento da incorporação, foi registrado um ganho contábil de R\$ 8,3 milhões no resultado operacional, decorrente, principalmente, do encerramento dos contratos de arrendamento mantidos entre as companhias incorporadas e as respectivas empresas de serviços. Após os efeitos fiscais, o impacto líquido positivo desse evento no resultado foi de aproximadamente R\$ 2,8 milhões.

O segundo evento não recorrente está relacionado ao reconhecimento dos efeitos decorrentes da denúncia espontânea relativa à incidência de ICMS sobre as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e de Transmissão (TUST) de energia elétrica. Embora a Companhia tivesse ajuizado ação questionando essa incidência e obtido liminar em 2016, posteriormente cassada, a cobrança deixou de ser efetuada pela concessionária por determinado período, vindo a ser exigida posteriormente pela Secretaria de Estado da Fazenda. Esse reconhecimento resultou em impacto relevante no exercício, incluindo o valor histórico do tributo, multas e atualização monetária, com efeitos negativos sobre o EBITDA contábil, as despesas financeiras e o resultado líquido.

Efeitos dos Eventos Não Recorrentes nos Resultados de 2025 (R\$ milhões)

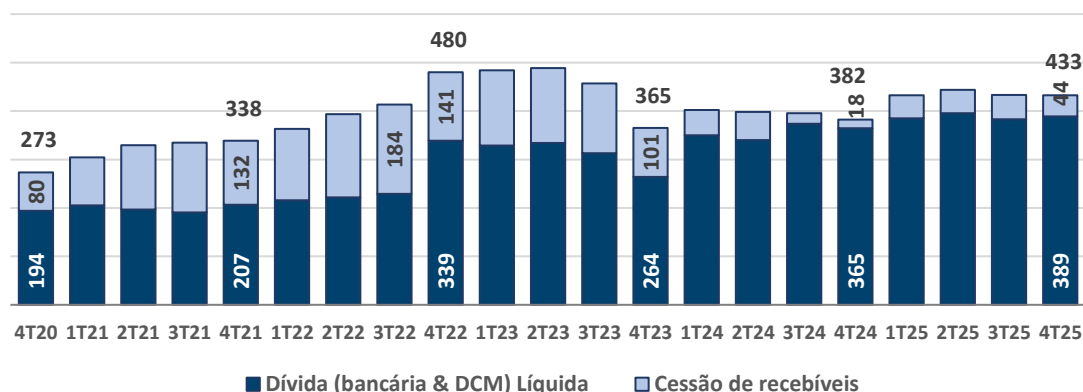
Conta	Resultado apresentado	Incorporações	ICMS TUSD/TUST	Total eventos não recorr.	Resultado Recorrente
EBIT – Lucro Operac.	58,0	8,3	(16,4)	(8,1)	66,0
Result. Financ. Líq.	(98,6)	0,0	(9,8)	(9,8)	(88,8)
IRPJ e CSLL	7,7	(5,5)	8,9	3,4	4,3
Resultado Líquido	(32,9)	2,8	(17,3)	(14,5)	(18,5)
EBITDA	85,8	8,3	(16,4)	(8,1)	93,9

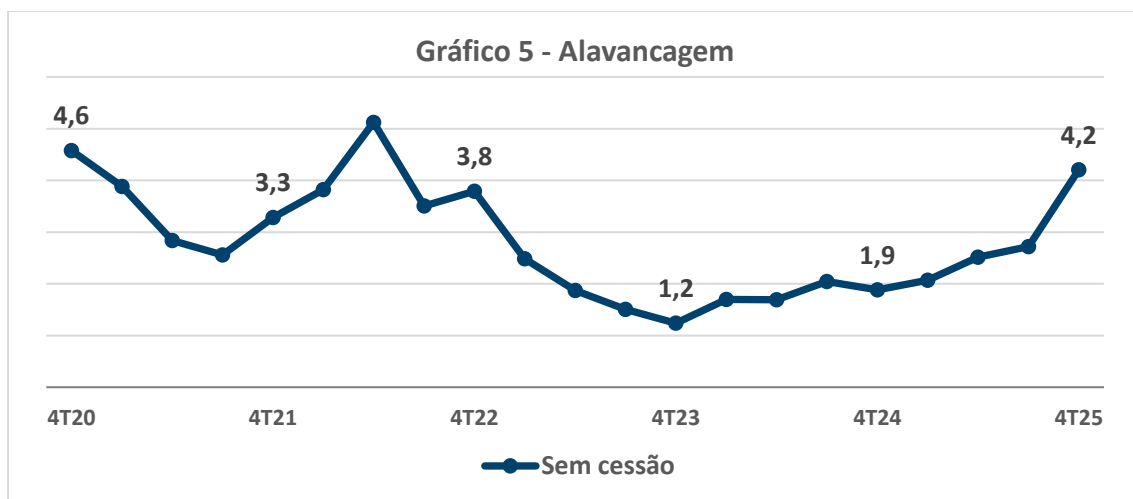
A exclusão desses efeitos não recorrentes permite uma avaliação mais adequada do desempenho operacional recorrente da Companhia, evidenciando que, embora o cenário de mercado e o nível elevado das despesas financeiras tenham pressionado os resultados, parte relevante do prejuízo contábil do exercício decorreu de eventos pontuais, sem impacto direto sobre a capacidade operacional recorrente no longo prazo.

Endividamento e Alavancagem

O endividamento financeiro líquido encerrou o exercício em R\$ 432,8 milhões, com aumento no último trimestre em razão da menor geração de caixa operacional. A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, atingiu 4,2 vezes ao final de 2025, refletindo a combinação entre aumento da dívida e redução do EBITDA.

Gráfico 4 - Endividamento financeiro líquido (R\$ milhões)





Medidas Estruturais e Perspectivas

Ao longo de 2025, a Companhia iniciou um projeto estruturado de redução de custos e despesas, com o apoio de consultoria externa especializada. Quando plenamente implementadas, as medidas em curso têm potencial de gerar redução anual da ordem de R\$ 50 milhões. Paralelamente, a incorporação de todas as empresas controladas trouxe simplificação operacional, redução de despesas administrativas recorrentes e otimização das compensações fiscais, reforçando o esforço de aumento de eficiência e melhoria da rentabilidade futura.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia comunica que a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, responsável pelos serviços de auditoria externa à organização, realizou somente tarefas relacionadas à auditoria externa durante o exercício de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que colaboraram com a companhia durante o ano de 2025, em especial, ao quadro funcional, instituições financeiras, clientes e fornecedores. Agradecemos, também, aos nossos acionistas, membros do Conselho de Administração.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

As receitas da Companhia, oriundas das vendas de produtos de seu portfólio, são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia, quando o valor da transação possa ser mensurada de forma confiável e quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que normalmente ocorre no momento da entrega.

Consideramos este assunto um principal assunto de auditoria em razão da sua relevância para as demonstrações contábeis, do risco inerente de reconhecimento de receitas em períodos incorreto, caso não sejam atendidas todos os critérios previstos na norma contábil, e de haver julgamento significativo envolvido na determinação exata do momento em que as obrigações de performance são atendidas, os quais podem impactar o valor reconhecido das receitas nas demonstrações contábeis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entre outros procedimentos de auditoria considerados relevantes para endereçar o risco de reconhecimento inadequado de receita, realizamos os seguintes procedimentos principais, dentre outros, com o auxílio de nossos especialistas de Tecnologia da informação:

- i) Realizamos testes documentais, em base amostral, para verificar a existência das transações de receita e a contabilização no período adequado, avaliando o momento do reconhecimento da receita de vendas com base no atendimento das obrigações de performance junto aos clientes. Estes testes envolveram, a conciliação entre documentos fiscais, comprovantes de entrega dos produtos vendidos e registros contábeis correspondentes;
- ii) Análise dos indicadores internos e externos da Companhia, tais como volumes de vendas, margens e variações nos preços, com objetivo de identificar oscilações atípicas ou não usuais que pudessem indicar erros materiais ou possíveis distorções no reconhecimento da receita;
- iii) Avaliamos e testamos os principais controles gerais e automatizados dos sistemas relevantes de Tecnologia da Informação, incluindo aqueles relacionados ao processamento de reconhecimento de receitas;
- iv) Confrontamos as informações extraídas do sistema de gestão de pedidos de venda com os sistemas contábil e fiscal, verificando a consistência entre pedidos registrados, notas fiscais emitidas e receitas contabilizadas; e
- v) Avaliação se as demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas atenderam aos requisitos mínimos de divulgações previstos na norma contábil aplicável ao reconhecimento de receitas, considerando os critérios de atendimento das obrigações de performance e outras premissas relevantes.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que o reconhecimento de receitas e as divulgações apresentadas pela Companhia estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ênfase

Chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, que descreve a reestruturação societária da Companhia, ocorrida no exercício. Em 30 de setembro de 2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, segundo a qual a Companhia incorporou todos os investimentos que detinha em suas controladas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Essa operação resultou na transferência integral dos patrimônios líquidos das controladas para a controladora ("Companhia"), deixando de ser aplicável, a partir dessa data-base, a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Em decorrência dessa incorporação, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refletem, para os nove primeiros meses do exercício, apenas o resultado individual da Companhia (período em que os investimentos estavam registrados pelo método de equivalência

patrimonial na demonstração do resultado) e, para os últimos três meses, os efeitos das operações das controladas incorporadas em 30 de setembro de 2025. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

**Balanços patrimoniais em individuais e consolidados
31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO				
	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.050	3.563	5.879
Títulos e valores mobiliários	8	14.497	7.962	9.517
Contas a receber - Clientes	9	130.017	167.955	148.228
Estoques	10	177.207	138.681	194.488
Impostos e contribuições a recuperar	11	25.830	12.062	21.251
Outros ativos		14.605	5.709	8.703
Total do ativo circulante		365.206	335.932	388.066
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições a recuperar	11	56.581	31.388	68.080
Bens destinados a venda	12	9.418	12.080	12.290
Fundo de reserva	13	35.049	33.238	33.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32(b)	32.466	28.611	24.711
Partes relacionadas	14	-	9.804	-
Contas a receber - Clientes	9	63	-	-
Outros ativos		410	171	589
Investimentos em controladas	16	-	134.427	-
Outros investimentos		98	93	98
Imobilizado	17	401.338	204.001	391.174
Direito de uso em arrendamento	18	20.862	54.299	24.108
Intangível	19	845	840	1.720
Total do ativo não circulante		557.130	508.952	556.008
Total do ativo		922.336	844.884	944.074

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Passivo circulante				
Fornecedores	20	57.670	77.502	90.257
Empréstimos e financiamentos	21	171.962	91.700	128.658
Cessão de recebíveis	22	43.949	17.774	17.774
Salários e obrigações sociais	23	19.914	17.162	26.080
Parcelamentos, impostos e contribuições	24	29.359	20.202	34.951
Arrendamento por direito de uso	18	10.144	15.803	9.158
Mútuo com partes relacionadas	14	-	644	-
Outros passivos		12.107	6.276	7.263
Total do passivo circulante		345.105	247.063	314.141
Passivo não circulante				
Fornecedores	20	1.911	-	3.005
Empréstimos e financiamentos	21	234.400	224.370	251.408
Provisão para riscos	25	11.016	930	5.624
Parcelamentos, impostos e contribuições	24	39.000	18.775	33.491
Arrendamento por direito de uso	18	10.750	42.788	23.167
Outros passivos		2.480	1.939	2.641
Total do passivo não circulante		299.557	288.802	319.336
Patrimônio líquido	26			
Capital social		151.350	150.000	150.000
Reservas de lucros		70.051	99.007	99.007
Ajuste de avaliação patrimonial		56.273	56.612	56.612
Outros resultados abrangentes		-	3.400	3.400
Atribuível aos acionistas da controladora		277.674	309.019	309.019
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.578
Total do patrimônio líquido		277.674	309.019	310.597
Total do passivo e patrimônio líquido		922.336	844.884	944.074

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Receita líquida de vendas	28	828.834	989.630	1.036.777
Custo dos produtos vendidos	29	(634.995)	(754.501)	(729.585)
Lucro bruto		193.839	235.129	307.192
Receitas (despesas) operacionais				
Comerciais	29	(47.463)	(48.679)	(60.862)
Gerais e administrativas	29	(44.450)	(39.524)	(50.025)
Remuneração dos administradores	15	(3.747)	(3.679)	(7.234)
Outras receitas (despesas) líquidas	30	(46.108)	(12.398)	(23.827)
Equivalência patrimonial	16	(12.796)	12.644	-
Resultado operacional		39.275	143.493	165.244
Resultado financeiro	31			
Despesas financeiras		(92.987)	(68.037)	(89.282)
Receitas financeiras		9.641	5.928	6.751
Variações cambiais líquidas		108	11	(585)
		(83.238)	(62.098)	(83.116)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.963)	81.395	82.128
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	32(a)	(379)	(16.314)	(18.742)
Diferido	32(a)	11.647	45.454	47.204
Lucro (prejuízo) do exercício		(32.695)	110.535	110.590
Atribuível aos				
Acionistas da controladora	-			110.535
Participação dos não controladores	-			55
		(32.695)	110.535	110.590
Resultado básico e diluído por ação	33	(3,27)	11,05	11,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Lucro (prejuízo) do exercício		(32.695)	110.535	110.590
Ganho na variação de participação em controlada		-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(32.695)	110.535	110.590
Resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas da controladora		(32.695)	110.535	110.535
Participação dos não controladores		-	-	55
Resultado abrangente do exercício		(32.695)	110.535	110.590

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas da controladora									Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Notas	Capital social	Reservas de lucros			Incentivos fiscais e subvenções	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes			Total
			Legal	Estatutária								
Em 31 de dezembro de 2023		150.000	-	-	-	56.499	(11.415)	3.400	198.484	1.523	200.007	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-		110.535	-	110.535	55	110.590	
Realização do ajuste do custo atribuído	17	-	-	-	-	(432)	432	-	-	-	-	
Realização do ajuste do custo atribuído em controladas	17	-	-	-	-	545	(545)	-	-	-	-	
Destinações do lucro líquido do exercício 2024												
Legal e Estatutária	26(b)	-	4.950	4.950	-	-	(9.900)	-	-	-	-	
Incentivo Sudene - Isenção IRPJ sobre o lucro da exploração	26(b)	-	-	-	8.346	-	(8.346)	-	-	-	-	
Subvenção para investimentos - Crédito Presumido de ICMS	26(b)	-	-	-	80.761	-	(80.761)	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2024		150.000	4.950	4.950	89.107	56.612	-	3.400	309.019	1.578	310.597	
Prejuízo do exercício		-	-	-	-		(32.695)	-	(32.695)	(228)	(32.923)	
Realização do ajuste do custo atribuído	17	-	-	-	-	(339)	339	-	-	-	-	
Aumento de capital – não controladores incorporada	26(a)	1.350	-	-	-	-	-	-	1.350	(1.350)	-	
Outros Resultados Abrangentes	26(e)	-	-	-	-	-	3.400	(3.400)	-	-	-	
Absorção do prejuízo no exercício		-	(4.950)	(4.950)	(19.056)	-	28.956	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2025		151.350	-	-	70.051	56.273	-	-	277.674	-	277.674	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.963)	81.395	82.128
Ajustes				
Depreciação e amortização	29	21.341	20.593	23.190
Equivalência patrimonial	16	12.796	(12.644)	-
Resultado na venda de bens do imobilizado		1.512	866	1.802
Perdas Esperadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	09	5.140	1.088	2.727
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>downstream</i>)		126	1.216	-
Juros, variações câmbio e monetárias s/ empréstimos, risco sacado, atualização tributos		82.144	63.506	80.900
Reversão/Provisão para riscos	25	749	2	3.788
Provisão tributária ICMS		13.726	-	-
Ajuste de estoque a valor de mercado	10	1.029	261	1.048
Baixa de arrendamento		(4.047)	-	-
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber		36.378	(15.395)	(18.396)
Estoques		3.075	(13.452)	(20.710)
Impostos e contribuições a recuperar		796	(16.015)	(12.545)
Partes relacionadas		9.099	(42.337)	-
Fundo de reserva	13	(1.811)	(10.584)	(3.059)
Outros ativos		(7.310)	(1.486)	(3.157)
Fornecedores		(23.098)	12.096	29.366
Salários e encargos sociais		(8.558)	1.991	3.868
Impostos e contribuições		(19.796)	(35.645)	(47.705)
Outros passivos		4.453	(296)	(764)
Caixa gerado pelas operações		83.781	35.160	122.481
Juros pagos		(65.386)	(49.296)	(63.701)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		18.395	(14.136)	58.780
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens do imobilizado e intangível		(20.642)	(40.248)	(64.779)
Caixa proveniente da incorporação		169	-	-
Fundo de Investimentos, CDB e outros		(6.062)	(6.022)	(6.713)
Concessão (recebimento) de partes relacionadas		(25.589)	(8.380)	-
Recebimento de lucros de controladas		1.059	7.289	-
Resultado na venda de bens disponíveis para venda		2.872	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(48.193)	(47.361)	(71.492)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos captados		165.955	178.782	240.406
Pagamentos de empréstimos		(151.354)	(126.004)	(213.347)
Cessão de recebíveis		26.175	(53.616)	(83.335)
Mútuo com partes relacionadas		-	199	-
Pagamentos de arrendamentos		(11.491)	(14.767)	(7.074)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		29.285	(15.406)	(63.350)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(513)	(76.903)	(76.062)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.563	80.466	81.941
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.050	3.563	5.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024	Consolidado 2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	28	987.782	1.188.349	1.185.437
Outras receitas		5.504	2.832	3.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	(5.140)	(1.088)	(2.727)
		988.146	1.190.093	1.186.358
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e serviços prestados		(497.198)	(650.997)	(479.802)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(212.070)	(203.478)	(240.550)
Perdas/Recuperação de valores ativos		(2.777)	(1.146)	(321)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração		16.250	8.412	10.921
		(695.795)	(847.209)	(709.752)
Valor adicionado bruto		292.351	342.884	476.606
Depreciação e amortização	29	(21.341)	(20.593)	(23.190)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		271.010	322.291	453.416
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	16	(12.796)	12.644	-
Receitas financeiras	31	11.957	9.800	12.037
Valor adicionado total a distribuir		270.171	344.735	465.453
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta		90.474	78.852	121.840
Benefícios		29.929	23.616	38.848
FGTS		6.363	5.683	8.637
		126.766	108.151	169.325
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		70.065	41.135	70.849
Estaduais		3.788	5.418	9.775
Municipais		1.518	1.198	1.431
		75.371	47.751	82.055
Remuneração de capital de terceiros				
Juros		96.004	72.963	96.680
Aluguéis		4.725	5.335	6.803
		100.729	78.298	103.483
Remuneração de capitais próprios				
Lucros absorvidos		(32.695)	110.535	110.535
Participação dos não controladores nos lucros (prejuízos) absorvidos		-	-	55
		(32.695)	110.535	110.590
Valor adicionado distribuído		270.171	344.735	465.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações gerais

A Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), é uma companhia de capital aberto, Nível 1 de Governança Corporativa, cujas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CEDO3” e “CEDO4”, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 02 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce sua principal atividade através da operação de quatro fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais: uma unidade na cidade de Caetanópolis; uma na cidade de Sete Lagoas e duas unidades na cidade de Pirapora, área Mineira da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene.

1.2. Reorganização societária

Em 30 de setembro de 2025 a Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira realizou Assembleia Geral Extraordinária, aprovando a incorporação de suas controladas: Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio e Cedro Serviços Ltda. Essa decisão estratégica visa consolidar operações, promover sinergias e otimizar processos administrativos, com expectativa de ganhos operacionais e redução de custos, alinhando-se à busca por maior eficiência e simplificação organizacional.

A incorporação objetivou a versão dos respectivos patrimônios líquidos contábeis avaliados em 30 de setembro de 2025. A reestruturação resultou na transferência dos patrimônios líquidos das controladas para a controladora, não sendo mais aplicada a apresentação das demonstrações contábeis controladora e consolidadas. As demonstrações do resultado apresentam nove meses de resultado individual e três meses com os efeitos das companhias incorporadas.

No contexto do processo de incorporação das controladas, a Administração procedeu à análise dos possíveis impactos de divulgação decorrentes da referida operação. Como resultado dessa análise, observou-se que um montante relevante das operações que afetavam o resultado das controladas incorporadas diziam respeito a transações realizadas entre as empresas (nota 14), as quais eram eliminadas no âmbito das demonstrações contábeis consolidadas anteriormente divulgadas. Considerando a natureza dessas operações, a Administração avaliou que a incorporação não resultou em impactos relevantes de divulgação específica adicional.

Balanço patrimonial incorporado em 30 de setembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Cedro Serviços e outros	Cia. de F. T. Santo Antonio	Total incorporado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	169	169
Títulos e valores mobiliários	8	-	473	473
Contas a receber – clientes	9	-	44.046	44.046
Estoques	10	-	45.830	45.830
Impostos e contribuições a recuperar	11	10	9.406	9.416
Outros ativos	-	-	1.768	1.768
Total do ativo circulante		10	101.692	101.702
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições a recuperar	11	-	27.743	27.743
Bens destinados a venda	12	-	210	210
Partes relacionadas	14	788	-	788
Outros ativos	-	-	384	384
Total do realizável a longo prazo		788	28.337	29.125
Outros investimentos	-	-	5	5
Imobilizado	17	28.733	162.493	191.226
Direito de uso em arrendamento	18	-	3.290	3.290
Intangível	19	-	38	38
		28.733	165.826	194.559
Total do ativo não circulante		29.531	194.163	223.684
Total do ativo		29.531	295.855	325.386
Passivo circulante				
Fornecedores	20	-	34.531	34.531
Empréstimos e financiamentos	21	-	40.570	40.570
Salários e obrigações sociais	23	-	11.310	11.310
Parcelamentos, impostos e contribuições	24	7	9.574	9.581
Arrendamento por direito de uso	18	-	1.834	1.834
Mútuo com partes relacionadas	14	-	38.820	38.820
Outros passivos	-	146	1.337	1.483
Total do passivo circulante		153	137.976	138.129
Passivo não circulante				
Fornecedores	20	-	1.940	1.940
Empréstimos e financiamentos	21	-	31.427	31.427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32(b)	-	7.792	7.792
Parcelamentos, impostos e contribuições	24	-	9.539	9.539
Arrendamento por direito de uso	18	-	2.292	2.292
Provisão para riscos	-	2.084	7.258	9.342
Outros passivos	-	-	582	582
Total do passivo não circulante		2.084	60.830	62.914
Acervo líquido		27.294	97.049	124.308
Total do passivo e acervo líquido		29.521	295.855	325.386

2. Apresentação e bases de elaboração das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, as *normas internacionais de relatório financeiro* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo atribuído” de edificações, benfeitorias, máquinas, equipamentos e instalações na data de transição para os CPCs/IFRS, e determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Com evento da reestruturação societária da Companhia, na qual a Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira incorporou, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de setembro de 2025, todos os seus investimentos citados na Nota Explicativa nº 16. Essa operação resultou na transferência dos patrimônios líquidos das controladas para a controladora, não sendo mais aplicada a apresentação das demonstrações contábeis controladora e consolidadas a partir desta data-base.

A publicação dessas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 23 de março de 2026.

2.2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Todas as operações de exportações e aquisições realizadas em moeda estrangeira, são convertidas na moeda funcional mediante a utilização da taxa de câmbio oficial divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), nas datas de cada transação, e liquidadas a valores de mercado no fechamento das divisas.

Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na Nota Explicativa nº 4, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são as relacionadas ao imposto de renda e contribuição social diferidos, estimativa de valor justo de instrumentos financeiros derivativos e provisões, as quais estão apresentadas detalhadamente em cada uma das notas explicativas.

a) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. As projeções futuras consideram os resultados orçamentários e estratégicos da Companhia, trazidos a valor presente. Com base nestas premissas, a administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados.

b) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Na Nota Explicativa nº 25, encontram-se divulgados os montantes das contingências que não foram provisionados pela Companhia em função da sua avaliação de que o risco de perda seria “possível”. Caso essa avaliação seja alterada para “provável”, esses montantes teriam impacto direto no resultado da Companhia.

c) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para realização dos estoques, provisão para realização de créditos tributários, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

d) Going-concern

A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não identificou nenhum indicador que colocasse em risco a capacidade de operação. Diante disto, a administração preparou as demonstrações contábeis utilizando políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operações (*on a going-concern*), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

e) Impairment

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidências objetivas de que os ativos tenham capacidade ou não de geração de caixa no curso da sua vida útil. A administração considera que as perdas por *impairment* sejam incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de perda e impactos nos fluxos de caixa futuros estimados no grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

4. Resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

4.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas (até a Incorporação)

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas até 31 de dezembro de 2024. Com o evento da incorporação de suas controladas em 30 de setembro de 2025, citado nas Notas Explicativas nºs 1.2 e 2.2, não há mais a obrigatoriedade de apresentação de demonstrações contábeis consolidadas a partir dessa data.

Razão social	País sede	Participação até 30/09/2025 (%)	
		Total	Votante
Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	98,544	99,99
Cedro Serviços Ltda.	Brasil	100,00	100,00
AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.	Brasil	98,00	98,00

Uma sociedade controla uma entidade quando está exposto e/ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos do seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo essa a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da controladora.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados na consolidação.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

4.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras em títulos de renda fixa e depósitos interfinanceiros acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, cujo risco de mudança de valor justo é insignificante, sendo utilizadas pela Companhia no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

4.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia e suas controladas não operaram com derivativos em 2025 e 2024.

4.3.1. Ativos financeiros

4.3.2. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou **(iii)** valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- (ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- (i)** o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

4.3.3. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

4.3.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 90 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

4.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como:

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Títulos – Risco sacado

As operações de risco sacado são efetuadas como alternativas aos nossos fornecedores comerciais, são realizadas com fornecedores específicos (insumos) e de acordo com a gestão de caixa da companhia preservando as estratégias comerciais normais do negócio, como, preço, prazos e continuidades operacionais. A companhia não realiza operações de risco sacado em adiantamentos a fornecedores.

A administração também considerou a orientação do Ofício CVM SMC/SEP nº 01/21, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que os montantes não alteram sua estrutura de capital e não comprometem a alavancagem financeira da Companhia.

Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

4.5. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

4.6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis, sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota Explicativa nº 32). A alíquota efetiva do imposto de renda é calculada levando-se em conta os incentivos fiscais de imposto de renda concedido, sobre as projeções futuras de resultado.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

4.7. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. Conforme faculdade estabelecida pelo CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial dos CPCs, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os itens adquiridos após a data de transição são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada do ativo, às taxas descritas na Nota Explicativa nº 17.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item de imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

4.8. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.

A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa incremental de captação da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

(i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência; **(ii)** pagamentos variáveis de arrendamento que dependam de um índice ou taxa; e **(iii)** preço de exercício de uma opção de compra ou renovação, quando for provável o exercício da opção contratual e estiver no controle da Companhia.

O passivo de arrendamento é mensurado ao custo amortizado pelo método de juros efetivo e é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, um ajuste correspondente é feito no valor contábil do ativo do contrato de arrendamento ou é reconhecido diretamente no resultado do exercício se o valor contábil do ativo já tiver sido reduzido a zero.

4.9. Bens destinados para venda

São classificados como mantidos para a venda quando o seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

Os ativos mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, o imobilizado não é mais depreciado e classificado conforme a expectativa de realização.

4.10. Ativos intangíveis

i) **Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido é o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado como “ativo intangível”.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

ii) **Marcas e patentes**

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tem vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

iii) **Software**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento e melhoria de sistemas já existentes são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

4.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e as suas Controladas têm a obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são revisadas periodicamente observadas as suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.13. Reconhecimento da receita

A Cia reconhece a receita de vendas a valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços das suas atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e no consolidado elimina as vendas entre partes relacionadas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e,
- iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas.
- vi) A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita decorrente de incentivos fiscais de ICMS (Proalminas), recebida na forma de ativo monetário (crédito presumido), é reconhecida no resultado do exercício ao longo do período correspondente às despesas incorridas de ICMS, objeto da compensação desses incentivos.

4.14. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. (i) Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.15. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou não formalizada de pagar esse montante em função de serviços passados prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação nos resultados é reconhecida no resultado e no passivo, quando o lucro é alçando com base em critérios atribuíveis aos acionistas e vinculados ao atingimento de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício,

4.16. Reserva de incentivos fiscais e subvenções

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução da despesa de Imposto de Renda, e submetidos à constituição de reserva de lucros.

A Companhia usufrui do benefício estadual relativo ao Crédito Presumido do ICMS criado pela Lei nº 14.559/2002 do Estado de Minas Gerais, regulamento pelo Decreto 43.508/2003, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução em impostos incidentes sobre a receita bruta de vendas, e submetidos à constituição de reserva de lucros.

4.17. Destinação do lucro

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração, sobre o lucro que remanescer após a constituição das reservas obrigatórias fiscais e societária, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo circulante; entretanto, a parcela dos dividendos que exceder os dividendos mínimos obrigatórios, declarada pela Administração é registrada como “dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido.

4.18. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações contábeis separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os produtos são produzidos na linha têxtil, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento para divulgação: a produção e comercialização de produtos têxteis e afins para o mercado externo e interno.

4.19. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações contábeis, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado.

4.20. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

As normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma) não produziram impactos nas demonstrações contábeis.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.20.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

4.20.2 – Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que criou um modelo de IVA dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços-CBS, de competência federal, em substituição ao PIS e à COFINS, pelo Imposto sobre Bens e Serviços-IBS, de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS. Instituiu também o Imposto Seletivo-IS tributo federal cumulativo, que incidirá sobre produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A Companhia vem se preparando com equipes multidisciplinares, para a implementação da Reforma Tributária, para atender a complexidade da mudança e sua relevância. Estamos realizando adequações relevantes em processos internos e sistemas, com foco na adaptação aos novos tributos, documentos e registros fiscais. Em 2025 todos os processos cuja vigência inicia a partir de 2026 foram ajustados, incluindo evoluções nos sistemas de recebimento de mercadorias e venda de produtos, bem como naqueles utilizados para emissão de documentos fiscais.

À medida que a reforma tributária gere efeitos financeiros e operacionais eles serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras. Os efeitos só poderão ser medidos com precisão após a publicação de todas as normas complementares e infralegais. Nas demonstrações financeiras de 2025, não houve impacto da Reforma Tributária, uma vez que os tributos foram calculados conforme a legislação vigente. Os primeiros impactos financeiros devem surgir a partir de 1º de janeiro de 2027.

5. Gestão do risco financeiro

a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A administração negociou cessão de direitos creditórios conforme Nota Explicativa nº 21.

d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade a seguir.

ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia (até 31 de dezembro de 2025) virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia (até 31 de dezembro de 2025), vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Em dólares americanos (US\$ mil)		Consolidado Em dólares americanos (US\$ mil)
	2025	2024	2024
Financiamentos em moeda estrangeira	(557)	(1.913)	(1.913)
Fornecedores mercado externo	(495)	-	(636)
Contas a receber em moeda estrangeira	1.266	1.287	1.974
Depósitos em dólar	135	303	476
Exposição ativa (passiva) líquida	349	(323)	(99)

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$ 5,40, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 09 de janeiro de 2026. Na Companhia (até 31 de dezembro de 2025) os cenários II e III foram calculadas em valorização de 25% na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida da Companhia, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 5,5018.

	2025			
	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(3.065)	(3.008)	(2.256)	(1.504)
Fornecedor mercado externo	(2.723)	(2.673)	(2.005)	(1.337)
Contas a receber em moeda estrangeira	6.965	6.836	5.127	3.418
Depósitos em dólar	743	729	547	365
Exposição ativa (passiva) líquida	1.920	1.884	1.413	942
Efeito líquido da variação cambial - Perda	-	(36)	(507)	(978)

e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas (até 31 de dezembro de 2025), com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 31 de dezembro de 2025, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 15,00% e o CDI em 14,90%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II – possível e III – remoto).

Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	2025			
	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos indexador				
150,00% CDI	(4.531)	(1.049)	(1.311)	(1.574)
100% CDI + 2,53 % a 5,91%	(33.499)	(6.616)	(8.270)	(9.924)
100,00% Selic + 14,03%	(6.352)	(1.970)	(2.463)	(2.955)
100,00% CDI + 6,30%	(5.188)	(1.149)	(1.436)	(1.724)
100% CDI + 2,16% a 4,85%	(83.258)	(15.761)	(19.701)	(23.642)
100% CDI + 10,03%	(15.180)	(4.011)	(5.014)	(6.017)
100% CDI + 4,90%	(144.720)	(29.711)	(37.139)	(44.567)
100% CDI + 4,00% a 6,73%	(70.754)	(14.901)	(18.626)	(22.352)
100% CDI + 2,67% a 6,30%	(34.738)	(6.965)	(8.706)	(10.448)
100% CDI + 8,51%	(2.060)	(508)	(635)	(762)
100% CDI + 5,91% a 8,08 %	(15)	(3)	(4)	(5)
Total de empréstimos indexador	(400.295)	(82.644)	(103.305)	(123.970)
Aplicações financeiras				
Indexador				
95% Selic	342	48	60	72
Até 2.00% CDI	1.388	4	5	6
85,00% CDI	5.500	689	861	1.034
97,5% CDI	3.931	585	732	878
Total das aplicações financeiras	11.161	1.326	1.658	1.990
Exposição líquida	(389.134)	(81.318)	(101.647)	(121.980)
(Aumento)/redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(20.329)	(40.662)

f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e ativos financeiros.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	2025	2024	Consolidado 2024
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 21)	406.362	316.070	380.066
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 7)	(3.050)	(3.563)	(5.879)
Aplicações Financeiras (Nota Explicativa nº 8)	(14.497)	(7.962)	(9.517)
A - Dívida líquida	388.815	304.545	364.670
Total do patrimônio líquido	277.674	309.019	309.019
B - Patrimônio líquido + dívida líquida	666.489	613.564	673.689
A/B - Quociente de alavancagem (%)	58,34	49,64	54,13

g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos; e
- **Nível 3** – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentadas nas Demonstrações contábeis, conforme Nível 2:

	2025		2024		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	(406.362)	(419.167)	(316.070)	(323.152)	(380.066)	(386.520)
Cessão de recebíveis	(43.949)	(44.520)	(17.774)	(18.005)	(17.774)	(18.005)
Total	(450.311)	(463.687)	(333.844)	(341.157)	(397.840)	(404.525)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

6. Instrumento financeiro por categoria

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 9)	130.080	167.955	148.228
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 7)	3.050	3.563	5.879
Depósito judicial	115	122	125
Crédito partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	-	9.804	-
Fundo de reserva	35.049	33.238	33.238
Outras contas a receber	29	23	25
Aplicações financeiras ao valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8)	14.497	7.962	9.517
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 21)	406.362	316.070	380.066
Cessão de recebíveis	43.949	17.774	17.774
Fornecedores (Nota Explicativa nº 20)	59.581	77.502	93.262
Mútuo com parte relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	-	644	-
Outras contas a pagar	12.107	6.276	7.263
Obrigação fiscal a pagar	4.084	425	605

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024	Consolidado 2024
Caixa e contas correntes bancárias	1.215	1.221	2.247
Numerário em moeda estrangeira	743	1.876	2.947
Bancos contas vinculadas	1.092	466	685
Total	3.050	3.563	5.879

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

8. Títulos e valores mobiliários

	2025	2024	Consolidado 2024
Operações compromissadas	5.624	1.801	1.801
Certificado de Depósitos Bancários - CDB pré e pós	3.196	-	-
Aplicação automática Itaú - CDB	1.388	6.161	7.281
Debentures	1.681	-	-
Fundo de investimento	2.608	-	435
Total	14.497	7.962	9.517

As operações compromissadas mantidas junto ao Itaú R\$5.500 e ao Banco do Brasil R\$124 configuram instrumentos de tesouraria de renda fixa de baixo risco, caracterizados por elevada liquidez e rentabilidade equivalente a 85,00% e 97,50% do CDI, respectivamente.

Os fundos de investimento totalizam R\$2.608 e encontram-se majoritariamente alocados em ativos de renda fixa, com predominância de títulos públicos. Esses fundos têm como objetivo acompanhar a variação do CDI ou da taxa Selic, sendo compostos, em sua maior parte, por operações compromissadas *overnight*.

O saldo remanescente das aplicações financeiras está distribuído entre CDBs prefixados (12,76% ao ano) e pós-fixados (95% do CDI), debêntures com remuneração de 11,84% ao ano e aplicação automática no Itaú, com rentabilidade de 2% do CDI.

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa.

9. Contas a receber – Clientes

	2025	2024	Consolidado 2024
Clientes no país	141.352	128.062	155.068
Clientes - Partes relacionadas	-	40.403	-
Clientes no exterior	6.965	7.969	12.222
Total	148.317	176.434	167.290
Provisão para perda esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(18.237)	(8.479)	(19.062)
Total	130.080	167.955	148.228
Contas a receber circulante	130.017	167.955	148.228
Contas a receber não circulante	63	-	-
Total	130.080	167.955	148.228

A composição das contas a receber é como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
A vencer	124.441	164.683	143.794
Vencidos			
Até 30 dias	4.324	3.290	4.873
Entre 31 e 60 dias	1.082	388	397
Entre 61 e 90 dias	482	233	80
Acima de 90 dias	17.988	7.840	18.146
Total	148.317	176.434	167.290

A movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Saldo inicial	(8.479)	(7.934)	(17.981)
Adições - Provisão constituída (Nota Explicativa nº 29)	(5.140)	(1.088)	(2.727)
Baixas - Títulos não liquidados	1.026	543	1.646
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	(5.644)	-	-
Saldo final	(18.237)	(8.479)	(19.062)

A Companhia realiza operações de cessão de recebíveis conforme Nota Explicativa nº 22.

As perdas esperadas sobre os títulos vencidos e a vencer são constituídas com base em análise individual histórica dos clientes na realização de suas liquidações e cumprimentos de acordos.

Os valores provisionados são considerados suficientes pela administração para fazer cobrir as perdas na realização dos créditos.

10. Estoques

	2025	2024	Consolidado 2024
Produtos acabados	80.138	66.234	69.041
Produtos em processo	45.050	42.703	63.413
Matérias-primas	29.756	5.183	32.824
Materiais auxiliares	21.356	24.360	28.628
Importações em andamento	1.571	2.591	2.680
Estoque consignado	3.245	490	2.077
Provisão para perdas em estoque	(3.909)	(2.880)	(4.175)
Total	177.207	138.681	194.488

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Saldos no início do período/exercício	(2.880)	(2.619)	(3.127)
Adições	(1.673)	(494)	(1.282)
Reversão/baixas	644	233	234
Saldos no final do período/exercício	(3.909)	(2.880)	(4.175)

11. Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024	Consolidado 2024
ICMS - Operações mercantis (i)	36.748	30.500	30.985
ICMS - Aquisição de imobilizado	6.531	3.158	4.137
Impostos sobre vendas em trânsito	338	773	908
PIS e Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	15.653	-	15.653
PIS e Cofins - Créditos a recuperar	16.446	4.430	31.791
Impostos a recuperar - Refis IV	249	249	249
Imposto de renda e contribuição social antecipados	5.967	4.019	4.960
Outros	479	321	648
Total	82.411	43.450	89.331
Circulante	25.830	12.062	21.251
Não circulante	56.581	31.388	68.080

- (i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia.

- (ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 23 de abril de 2019 transitaram em julgado as ações da Cedronorte (incorporada em 31 de março de 2014) e Santo Antônio (incorporada em 30 de setembro de 2025). Os créditos fiscais tiveram o deferimento dos pedidos de habilitação através de Despachos Decisórios emitidos pelas Delegacias da Receita Federal, para compensação com débitos de origem fazendárias. Os valores históricos do crédito apurado pela Companhia foram lançados em outras receitas operacionais, a atualização monetária é em receitas financeiras.

Movimentação do saldo de PIS e Cofins sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo:

	2025
Valor original do crédito	79.825
Atualização monetária do crédito	66.629
Valor do crédito habilitado	146.454
Compensações de contribuições e impostos em exercícios anteriores	(144.615)
Atualização do saldo remanescente	13.675
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.514
Atualização do saldo remanescente no exercício	139
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.653

12. Bens destinados a venda

	2025	2024	Consolidado 2024
Prédio de 8 andares localizado na Rua Paraíba, 337 - MG	9.184	9.184	9.184
Lotes 1,2,3 quadra 2 com 9 520,62M2 Pq Ind Galan	-	2.872	2.872
Imóveis nºs 97 e 98 Rua Biancor José de Lucena Toritama - PE	200	-	200
Outros imóveis	34	24	34
Total	9.418	12.080	12.290

13. Fundo de reserva

Retenções juntos aos Fundos de reservas das Notas Comerciais, conforme instrumento particular de emissão de notas escriturais comerciais e estrutura demonstrada na Nota Explicativa nº 21.

Empréstimos e Financiamentos.

	2025	2024	Consolidado 2024
Certificados de recebíveis agronegócios	15.870	16.483	16.483
Debêntures	19.179	16.755	16.755
Total	35.049	33.238	33.238

14. Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual os acionistas da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira aprovaram a incorporação de suas controladas: Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio; Cedro Serviços Ltda. e AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas até a data da incorporação foram remunerados à variação de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um spread de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia é mantenedora da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as contribuições acumuladas em 2025 foi R\$ 70, já em 2024 as despesas foram R\$ 306.

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Cedro Serviços		Santo Antônio	
	2025	2024	2025	2024
Saldos patrimoniais				
Contas a receber – Clientes	-	-	-	40.403
Direito de uso - Arrendamento (*)	-	34.918	-	-
Fornecedores	-	(742)	-	(17.522)
Arrendamento a pagar (*)	-	(38.984)	-	-
Estoque industrialização	-	-	-	(13.040)
Mútuo ativo (passivo)	-	(644)	-	9.770

	Cedro Serviços		Santo Antônio	
	2025	2024	2025	2024
Transações resultado				
Compras insumos	-	-	(329.910)	(508.441)
Locação (*)	(802)	(8.872)	-	-
Vendas insumos	-	-	33.555	41.017
Serviços de industrialização	-	-	79.793	106.805
Receitas financeiras	-	-	3.347	217
Despesas financeiras	(64)	(41)	-	(56)

A Companhia realizou operação de arrendamento de imóveis industriais junto à sua controlada incorporada em 30 de setembro de 2025, Cedro Serviços, registrados a valor presente. No resultado do período foram reconhecidos juros sobre arrendamento a pagar no valor de R\$ 449 e de depreciação do direito de uso R\$ 334. A operação está divulgada na Nota Explicativa nº 18.

(*) A redução do valor do contrato de arrendamento, ocorreu por incorporação da controlada proprietária dos bens.

A Companhia e sua controlada, Santo Antônio, incorporadas em 30 de setembro de 2025, intensificaram a produção de fios, tecidos e serviços de industrialização em mútua correlação visando o ganho de sinergias conforme demonstrado nos volumes de compra de insumos.

15. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2025	2024	Consolidado 2024
Remuneração do conselho e diretoria	3.168	2.541	5.022
Remuneração variável	579	1.138	2.212
Total	3.747	3.679	7.234

16. Investimentos em controladas

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual os acionistas da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira aprovaram a incorporação de suas controladas: Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio; Cedro Serviços Ltda. e AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda. Conforme efeitos demonstrando na Nota Explicativa nº 1.1.

Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio – Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2027.

Cedro Serviços Ltda. – Sociedade iniciada em 30 de novembro de 2018 com o capital social integralizado de R\$ 10 cujo objeto é serviços de apoio administrativo, gestão das atividades imobiliárias, treinamentos e consultorias. Foi deliberado pela controladora em 28 de outubro de 2022, o aumento de capital através de integralização em bens imóveis pela transferência de terrenos e edificações da Fábrica Geraldo Magalhães Mascarenhas – GMM registrada no 1º Ofício Registro de Imóveis de Sete Lagoas (MG), sob as matrículas 38632, 38635, 38636 e 38637 por seu valor patrimonial de R\$ 27.196.

AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda. – sociedade iniciada em 17 de dezembro de 2018 com capital social integralizado de R\$ 50 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$ 1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresa controlada até 30 de setembro de 2025 e com efeitos das incorporações e 31 de dezembro de 2024 são sumarizadas como segue:

Informações das controladas

	2025		
	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda.	AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.
Milhares de ações possuídas pela Companhia			
Ordinárias - Sem valor nominal	6.965.676	-	-
Preferenciais - Sem valor nominal	2.888.701	-	-
Quotas - Valor nominal R\$ 2.720,60	-	10.000	-
Quotas - Valor nominal R\$ 1,00	-	-	49
Participação da Companhia			
No capital social integralizado	98,544%	100,00%	100,00%
No capital votante	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	97.049	27.112	-
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>)	(2.632)	-	-
Patrimônio líquido ajustado	94.417	27.112	-
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)			
Aumento de capital - Não controladores	1.350	-	-
Lucros não realizados - Incorporada	2.657	-	-
Registro de incorporação por AGE em 30/09/2025	(96.506)	(27.112)	-
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2025	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(11.337)	491	-
Lucros não realizados - Venda para a controladora	(2.146)	-	-
Lucro ajustado	(13.483)	491	-
Equivalência total	(13.287)	491	-

	2024		
	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda.	AGC - Armazéns Gerais Cedro Ltda.
Milhares de ações possuídas pela Companhia			
Ordinárias - Sem valor nominal	6.965.676	-	-
Preferenciais - Sem valor nominal	2.888.701	-	-
Quotas - Valor nominal R\$ 2.720,60	-	10.000	-
Quotas - Valor nominal R\$ 1,00	-	-	49
Participação da Companhia			
No capital social integralizado	98,544%	100,00%	100,00%
No capital votante	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	108.386	27.681	-
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>)	(486)	-	-
Patrimônio líquido ajustado	107.900	27.681	-
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(417)	-	-
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2024	105.912	27.681	-
Lucro líquido do exercício	3.767	7.313	-
Lucros não realizados - venda para a controladora	1.643	-	-
Lucro ajustado	5.410	7.313	-
Equivalência total	5.331	7.313	-

Movimentação do investimento

	Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Cedro Serviços Ltda.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	101.797	27.657	129.454
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(1.216)	-	(1.216)
Lucros distribuídos antecipadamente	-	(7.289)	(7.289)
Equivalência patrimonial	5.331	7.313	12.644
Saldos em 31 de dezembro de 2024	105.912	27.681	133.593
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(126)	-	(126)
Lucros distribuídos antecipadamente	-	(1.059)	(1.059)
Aumento de capital – não controladores incorporada	1.350	-	1.350
Lucros não realizados – incorporada	3.200	-	3.200
Equivalência patrimonial até 30/09/2025	(13.287)	491	(12.796)
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	(97.049)	(27.113)	(124.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

Composição dos investimentos

	2025	2024
Equivalência patrimonial	-	133.593
Ágio	834	834
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	(834)	-
Saldos	-	134.427

17. Imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios e outros	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação						
Em 31 de dezembro de 2023	66.693	258.924	15.549	26.546	22.070	389.782
Adições	-	-	95	-	40.478	40.573
Alienações e baixas	(96)	(3.915)	(29)	-	-	(4.040)
Transferências	2.655	36.693	740	-	(40.088)	-
Em 31 de dezembro de 2024	69.252	291.702	16.355	26.546	22.460	426.315
Adições	-	-	658	-	22.567	23.225
Alienações e baixas	(48)	(12.757)	(43)	-	-	(12.848)
Transferências	8.183	29.145	228	5	(36.813)	748
Registro de incorporação por AGE em 30/09/2025	98.440	235.984	5.240	28.834	-	368.498
Em 31 de dezembro de 2025	175.827	544.074	22.438	55.385	8.214	805.938
Depreciação acumulada						
Em 31 de dezembro de 2023	(31.296)	(170.830)	(12.347)	-	-	(214.473)
Depreciação	(1.836)	(9.001)	(178)	-	-	(11.015)
Alienações e baixas	24	3.124	26	-	-	3.174
Em 31 de dezembro de 2024	(33.108)	(176.707)	(12.499)	-	-	(222.314)
Depreciação	(2.450)	(12.921)	(231)	-	-	(15.602)
Alienações e baixas	38	11.286	12	-	-	11.336
Transferências	(748)	-	-	-	-	(748)
Registro de incorporação por AGE em 30/09/2025	(48.175)	(125.909)	(3.188)	-	-	(177.272)
Em 31 de dezembro de 2025	(84.443)	(304.251)	(15.906)	-	-	(404.600)
Valor residual líquido						
Em 31 de dezembro de 2025	91.384	239.823	6.532	55.385	8.214	401.338
Em 31 de dezembro de 2024	36.144	114.995	3.856	26.546	22.460	204.001

Custo atribuído

Conforme faculdade estabelecida pelo IFRS 1/CPC 27, a Companhia optou, na adoção inicial do IFRS, pela atribuição de custo para terrenos, edificações, máquinas e instalações industriais. Os valores atribuídos foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresas especializadas, gerando uma adição ao custo registrado no ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 143.099. Sobre o saldo constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos de R\$ 48.521. A contrapartida do saldo, líquidos dos impostos incidentes, foi registrada no patrimônio líquido, como “ajustes de avaliação patrimonial”.

Os valores atribuídos aos ativos e seus saldos líquidos atuais, contidos nos quadros do imobilizado acima são:

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Terrenos	Total
Custo atribuído na adoção inicial do IFRS	65.629	(423)	52.617	117.823
Depreciação acumulada	(35.475)	777	-	(34.698)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	30.154	354	52.617	83.125

Custos de empréstimo capitalizados

Em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$ 809 (R\$ 1.065 em 2024). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 1,19% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

Engenheiros e técnicos têxteis da Companhia elaboram anualmente, laudo de revisão de vida útil dos bens, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, recomendações e manuais de fabricantes e taxa de vivência dos bens.

A estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa média anual de depreciação (%)	
	2025	2024
Edificações e benfeitorias	3,84	3,76
Máquinas, equipamentos e instalações	7,28	7,81
Veículos, móveis e utensílios	10,84	11,40

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento das demonstrações contábeis, a Companhia analisou seus indicadores financeiros, operacionais, mudanças com efeito adverso no exercício ou em futuro próximo no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, e não encontrou evidências que seus de ativos de vida longa não serão recuperados.

Em 31 de dezembro de 2025 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia são consideradas premissas de crescimento de receita. Essas premissas de crescimento de receita foram projetadas para o ano de 2026, mantendo-se conservadoramente o mesmo volume de vendas para os anos de 2027 a 2030, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: **i)** atualização constante do seu mix de produtos; e **ii)** aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais.

As expectativas de crescimento das receitas foram conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação – IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que submetida ao teste de *impairment* terá melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) para o cálculo do custo de capital próprio;
- Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros; e
- Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando.

18. Arrendamento mercantil

a) Movimentação do ativo de direito de uso

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing	Total
Custo							
Em 31 de dezembro de 2023	50.541	12.673	1.453	1.338	2.063	7.986	76.054
Adições	3.858	6.387	131	-	-	-	10.376
Transferências/ Reclassificação (*)	8.799	(5.046)	-	-	-	-	3.753
Baixas	(8.457)	(3.141)	(524)	(1.338)	(2.063)	(3.196)	(18.719)
Em 31 de dezembro de 2024	54.741	10.873	1.060	-	-	4.790	71.464
Adições	277	2.830	1.396	-	-	-	4.503
Transferências/Reclassificações (*)	-	(18)	(8)	-	-	(911)	(937)
Remensuração de contrato (**)	(34.584)	-	-	-	-	-	(34.584)
Baixas	(10.517)	(254)	(1.383)	-	-	(209)	(12.363)
Registro de incorporação por AGE em 30/09/2025	-	4.237	333	-	-	-	4.570
Em 31 de dezembro de 2025	9.917	17.668	1.398	-	-	3.670	32.653
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2023	(15.248)	(3.519)	(1.447)	(1.453)	(2.096)	(3.223)	(26.986)
Adições	(7.826)	(650)	(499)	-	-	(475)	(9.450)
Transferências/ Reclassificação (*)	(21)	-	454	115	33	(29)	552
Baixas	8.457	3.141	524	1.338	2.063	3.196	18.719
Em 31 de dezembro de 2024	(14.638)	(1.028)	(968)	-	-	(531)	(17.165)
Adições	(2.869)	(1.861)	(642)	-	-	(149)	(5.521)
Transferências/Reclassificações (*)	(1)	18	(205)	-	-	-	(188)
Baixas	10.517	254	1.383	-	-	209	12.363
Registro de incorporação por AGE em 30/09/2025	-	(1.183)	(97)	-	-	-	(1.280)
Em 31 de dezembro de 2025	(6.991)	(3.800)	(529)	-	-	(471)	(11.791)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2025	2.926	13.868	869	-	-	3.199	20.862
Em 31 de dezembro de 2024	40.103	9.845	92	-	-	4.259	54.299

(*) Reclassificação por ajuste de contrato e ativação em função de aquisição do bem pelo valor residual.

(**) Refere-se à redução do valor do contrato de arrendamento, conforme remensuração em aditivo contratual com o arrendador realizado no primeiro trimestre de 2025 e efeito do encerramento de contrato de arrendamento devido a incorporação ocorrida no terceiro trimestre de 2025.

b) Passivos de arrendamento reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos e evidenciação da taxa de desconto

Tipo de arrendamento	Taxa média incremental	2025	Taxa média incremental	2024
Locação de imóveis	9,21%	9.917	9,21%	9.640
Locação de imóveis - interligadas	0%	-	13,76%	38.984
Locação de máquinas e equipamentos	15,42%	5.909	15,20%	5.779
Locação de veículos	15,08%	1.398	9,21%	94
<i>Leasing</i>	28,29%	3.670	18,75%	4.094
Total		20.894		58.591
Circulante	-	10.144	-	15.803
Não circulante	-	10.750	-	42.788
Total		20.894		58.591

	2025	2024	Consolidado 2024
Saldo inicial	58.591	55.632	20.492
Adições	4.503	10.376	11.113
Juros	3.796	7.350	7.794
Renegociação de contratos (*)	(28.819)	-	-
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	4.126	-	-
Baixas (**)	(10.177)	-	-
Pagamentos	(11.126)	(14.767)	(7.074)
Saldo final	20.894	58.591	32.325

(*) Refere-se à redução do valor do contrato de arrendamento, conforme remensuração em aditivo contratual com o arrendador realizado no primeiro trimestre de 2025.

(**) Refere-se ao efeito do encerramento de contrato de arrendamento devido a incorporação ocorrida no terceiro trimestre de 2025.

19. Intangível

	Intangível		
	Vida útil definida		
	Marcas e patentes	Software e licenças	Total
Custo			
Em 31 de dezembro de 2023	1.333	12.930	14.263
Adições	-	740	740
Em 31 de dezembro de 2024	1.333	13.670	15.003
Adições	-	185	185
Baixas	-	(287)	(287)
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	810	4.224	5.034
Em 31 de dezembro de 2025	2.143	17.792	19.935
Amortização acumulada			
Em 31 de dezembro de 2023	(1.333)	(12.702)	(14.035)
Amortização	-	(128)	(128)
Em 31 de dezembro de 2024	(1.333)	(12.830)	(14.163)
Amortização	-	(218)	(218)
Baixas	-	287	287
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	(810)	(4.186)	(4.996)
Em 31 de dezembro de 2025	(2.143)	(16.947)	(19.090)
Valor residual líquido			
Em 31 de dezembro de 2025	-	845	845
Em 31 de dezembro de 2024	-	840	840

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de *software* adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em *software* existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 05 anos, respectivamente.

20. Fornecedores

	2025		2024		Consolidado 2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
No país (operacionais)	56.858	-	46.198	-	89.322	-
Partes relacionadas	-	-	31.304	-	-	-
No exterior	812	1.911	-	-	935	3.005
Total	57.670	1.911	77.502	-	90.257	3.005

21. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda/ indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	2025		2024	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cédula de crédito bancário -							
Cap. Giro	R\$	2029	150,00% CDI	2.404	2.127	1.750	3.148
Cédula de crédito industrial -							
FNE (!)	R\$	2028	Taxa fixa 8,50%	1.598	1.356	-	-
Cédula de crédito à			100,00% CDI +				
exportação - Cap. giro	R\$	2027	6,30%	3.668	1.520	7.571	-
Cédula de crédito à			100% CDI +				
exportação - Cap. giro	R\$	2027-2028	2,67% a 6,30%	14.460	20.278	-	-
Cédula de crédito bancário -			100,00% Selic +				
Cap. Giro	R\$	2027	14,03%	3.194	3.158	3.207	6.317
Cédula de crédito bancário -			100,00% CDI +				
Cap. Giro	R\$	2030	3,17% a 6,68%	9.553	23.946	11.682	4.239
Cédula de crédito bancário -			Taxa fixa				
Cap. Giro	R\$	2025	16,76%	-	-	351	-
ACC - Adiant. de contrato							
de câmbio	US\$	2026	Taxa fixa 6,80%	3.065	-	11.845	-
			100% CDI +				
Nota comercial	R\$	2026	10,03%	15.180	-	13.723	-
Nota comercial	R\$	2026	17,46%	10.382	-	-	-
			100% CDI +				
Nota comercial - CRAs	R\$	2028	4,00% a 6,73%	23.695	47.059	23.717	70.588
Cédula de Produto Rural -			100% CDI +				
Cap. Giro	R\$	2028	2,86% a 4,85%	45.888	37.370	1.655	5.367
			100% CDI +				
Conta Garantida	R\$	2026	5,91% a 8,08 %	15	-	-	-
			100% CDI +				
Debêntures	R\$	2029	4,90%	41.387	103.333	17.910	143.333
Custo transação debêntures	R\$	2029		(1.470)	(3.651)	(703)	(5.622)
Custo transação Notas							
comerciais. escriturais - CRAs	R\$	2028		(1.057)	(2.096)	(1.008)	(3.000)
Total				171.962	234.400	91.700	224.370

Modalidade	Moeda /indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado	
				2024	
				Circulante	Não circulante
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2029	150,00% CDI	1.750	3.148
Cédula de crédito industrial - FNE ⁽¹⁾	R\$	2025-2028	Taxa fixa 8,50%	2.360	2.945
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2025	100% CDI + 3,66 % a 7,70%	1.666	15.093
Cédula de crédito à exportação - Cap. giro	R\$	2027	100,00% CDI + 6,30%	7.571	-
Cédula de crédito à exportação - Cap. giro	R\$	2027-2028	100% CDI + 2,67% a 6,30%	-	-
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2027	100,00% Selic + 14,03%	3.207	6.317
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	205-2030	100,00% CDI + 3,17% a 6,68%	11.682	4.239
Cédula de crédito bancário - Cap. Giro	R\$	2025	Taxa fixa 16,76%	702	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2025-2026	Taxa fixa 6,80% a 6,85%	11.845	-
Nota comercial	R\$	2025	100% CDI + 8,08%	13.723	-
Nota comercial	R\$	2026	17,46%	-	-
Nota comercial - CRAs	R\$	2028	100% CDI + 4,00% a 6,73%	23.717	70.588
Cédula de Produto Rural - Cap. Giro	R\$	2025-2028	100% CDI + 2,86% a 4,85%	34.236	14.367
Conta Garantida	R\$	2025	100% CDI + 5,91% a 8,08 %	-	-
Debêntures	R\$	2029	100% CDI + 4,90%	17.910	143.333
Custo transação debêntures	R\$	2029		(703)	(5.622)
Custo transação Notas comerciais. escriturais - CRAs	R\$	2028		(1.008)	(3.000)
Total				128.658	251.408

⁽¹⁾ FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

A movimentação dos empréstimos está apresentada como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Saldos no início do período/exercício	316.070	259.270	349.032
Novas captações ou renovações	163.898	182.837	242.837
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	71.997	-	-
Juros provisionados ou renovações	63.119	46.406	58.974
Amortização de principal	(151.354)	(126.004)	(213.347)
Pagamento de juros	(58.069)	(44.740)	(57.665)
Variação cambial	(1.356)	2.356	2.666
Custas CRIs e CRAs	237	(70)	(87)
Emolumentos CRIs e CRAs	616	2.340	3.981
Custas Debêntures	1.204	(6.325)	(6.325)
Saldos no final do período/exercício	406.362	316.070	380.066

As parcelas do passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, vencem como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
2026	-	72.240	84.367
2027	109.523	68.179	76.643
2028	85.018	61.603	65.887
De 2029 a 2033	39.859	22.348	24.511
Total	234.400	224.370	251.408

Os empréstimos da Companhia incluem garantias constituídas por cessão fiduciária de direitos creditórios.

Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil de R\$ 118.776 (R\$ 126.930 em 2024).

Em Reunião Extraordinária do Conselho de administração da Companhia realizada em 08 de fevereiro de 2023 foi aprovado a emissão de Notas Comerciais não conversíveis em ações, com garantias real e fidejussória, emitidas em 1ª e 2ª séries, para colocação privada ("Emissão" e "Notas Comerciais" respectivamente) e concomitantemente, em Reunião Extraordinária do Conselho de administração da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, controlada, aprovou a emissão de Notas Comerciais nos mesmos moldes conforme quadro descritivo.

Operação Certificado de Recebíveis Agronegócio (CRAs)

CRA decorrente do instrumento particular da 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, com garantias real e fidejussória, emitidas em três series, sendo 1ª, 2ª e 3ª Séries de colocação privada da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira. O valor total da Emissão é de R\$ 100.000, emitida em 15 de dezembro de 2023, sendo (i) a 1ª Série no valor de R\$ 50.000; (ii) a 2ª Série no valor de R\$ 35.000; e (iii) a 3ª Série no valor de R\$ 15.000, e seguintes características:

Cia. F.T. Cedro e Cachoeira

Quantidade de notas comerciais	100.000
1ª Série	50.000
2ª Série	35.000
3ª Série	15.000
Valor total da emissão (reais - mil)	100.000
Valor mínimo da emissão (reais - mil)	-
Valor nominal unitário (reais)	1.000

- **Atualização monetária:** n/a;
- **Juros remuneratórios:**
 - **1ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 1ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo Diário, disponível em sua página na internet (www.b3.com.br), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, expressa na forma percentual ao ano (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,0000% (quatro inteiros por cento) ao ano;
 - **2ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 2ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 6,7282% (seis inteiros, sete mil duzentos e oitenta e dois décimos de milésimos por cento); e
 - **3ª Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais da 3ª Série, ou o seu saldo, incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) equivalente a 6,7282% (seis inteiros, sete mil duzentos e oitenta e dois décimos de milésimos por cento) ao ano.
- **Periodicidade e forma de pagamento da amortização:** trimestral com carência de 12 meses;
- **Periodicidade de pagamento de juros remuneratórios:** mensal;
- **Ambiente de depósito, distribuição, negociação, custódia eletrônica e liquidação financeira:** B3;
- **Data de emissão:** 15 de dezembro de 2023;
- **Local de emissão:** São Paulo/SP; e
- **Prazo:**
 - (i) As Notas Comerciais da **1ª Série** terão prazo de 1.109 (mil cento e nove) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 28 de dezembro de 2026, ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, nos termos do Termo de Emissão; e
 - (ii) as Notas Comerciais da **2ª Série** e da **3ª Série** terão prazo de 1.838 (mil oitocentos e trinta e oito) dias corridos, vencendo-se, portanto, em 26 de dezembro de 2028, ressalvadas as Hipóteses de Vencimento.

A integralização ocorreu dentro do último trimestre de 2023.

Os *covenants* contratuais aos quais a Companhia está sujeita, vinculadas a esta operação, são auferidos semestralmente e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu a todos *covenants* contábeis (financeiros). Em reunião realizada em 23 de dezembro de 2025, para análise de concessão de anuência prévia (“*waiver*”) representando 100% (cem por cento) dos titulares dos certificados de recebíveis do agronegócio em três séries, da 85ª emissão da Opea Securitizadora S.A., “Titulares dos CRAs”, foi deliberado por aprovar a totalidade da Ordem do Dia, mediante o pagamento de prêmio correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2025, em 03 (três) parcelas iguais, sendo a 1ª (primeira) parcela paga em 17 de janeiro de 2026 e assim sucessivamente.

Debêntures simples

Em reunião do Conselho de Administração em 1º de julho de 2024 foi aprovada e efetivada a 3ª (terceira) emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira no valor total da Emissão foi de R\$ 160.000 (cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão (Valor Total da Emissão). Os Valores captados pela Emissora foram utilizados para quitação antecipada e integral do saldo devedor relacionado as notas comerciais escriturais emitidas pela Emissora e pela Garantidora Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), e para composição do capital de giro.

Data de início da rentabilidade: primeira data de integralização;

Forma, tipo e comprovação de titularidade: nominativas, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. A titularidade será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador;

Conversibilidade: não conversíveis em ações;

Espécie: garantia real;

Prazo e data de vencimento: o prazo será 1837 (mil oitocentos e trinta e sete dias) com vencimento em 12 de julho de 2029;

Valor nominal unitário: o valor nominal unitário será, na data de emissão, de R\$ 1.000,00 (mil reais);

Quantidade de debêntures: 160.000 (cento e sessenta mil) Debêntures; e

Remuneração das debêntures: incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada positiva das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) de um dia, *over extra* grupo, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 4,90% (quatro inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano.

Covenants

A operação do CRAs, possui *Covenants* financeiros a serem cumpridos a partir de 31 de dezembro de 2023, conforme a seguir:

- i) **Dívida bancária líquida e o EBITDA/recorrente:** igual ou inferior a 3,5;
- ii) **Liquidez corrente (AC/PC):** igual ou superior a 1,0 em 2023 e no primeiro semestre 2024; 1,1 a partir do segundo semestre de 2024; e
- iii) **Cobertura de juros (EBITDA/despesa financeira líquida):** igual ou superior a 1,5 em relação às demonstrações contábeis do segundo semestre de 2023 e no primeiro e segundo semestre de 2024 e do primeiro semestre de 2025; igual ou superior a 1,75 com relação as demonstrações contábeis a partir do segundo semestre de 2025.

A operação das Debêntures possui *Covenants* financeiros a serem cumpridos a partir de do segundo semestre de 2024, conforme a seguir:

- i) **Dívida bancária líquida e o EBITDA/recorrente:** igual ou inferior a 3,5;
- ii) **Liquidez corrente (AC/PC):** igual ou superior a 1,0 no primeiro semestre 2024; e 1,1 a partir do segundo semestre de 2024; e
- iii) **Cobertura de juros (EBITDA/despesa financeira líquida):** igual ou superior a 1,5 em relação às demonstrações contábeis no primeiro e segundo semestre de 2024 e do primeiro semestre de 2025; igual ou superior a 1,75 com relação as demonstrações contábeis a partir do segundo semestre de 2025.

Os *covenants* contratuais aos quais a Companhia está sujeita, vinculadas a esta operação, são auferidos semestralmente e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu a todos *covenants* contábeis (financeiros). Em reunião realizada em 29 de dezembro de 2025, para análise de concessão de anuência prévia (“*waiver*”) os Debenturistas, representando 100% (cem por cento) das Debentures em circulação, foi deliberado por aprovar a totalidade da Ordem do Dia, mediante o pagamento de prêmio correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2025, a ser realizado no ambiente da B3, em 3 (três) parcelas iguais, sendo a 1ª (primeira) parcela paga em 17/01/2026 e assim sucessivamente.

Operação Cédula de Crédito Bancário

Em 25 de novembro de 2025 contratou a operação de crédito, emitindo a Cédula de Crédito Bancário de número 330.801.819 em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$14.000 (quatorze milhões de reais), com incidência de juros à taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,18 pontos percentuais ao ano, a serem pagos em 30 (trinta) parcelas com vencimento inicial em 22 de junho de 2026, vencimento final em 22 de novembro de 2028.

Covenants

A operação do CCB, possui *Covenants* financeiros a serem cumpridos partir de 31 de dezembro de 2025, conforme a seguir:

- i) **Dívida bancária líquida e o EBITDA/recorrente:** igual ou inferior a 3,5;
- ii) **Liquidez corrente (AC/PC):** igual ou superior a 1,1; e
- iii) **Cobertura de juros (EBITDA/despesa financeira líquida):** igual ou superior a 1,0.

Os *covenants* contratuais aos quais a Companhia está sujeita, vinculadas a esta operação, são auferidos anualmente e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendeu a todos *covenants* contábeis (financeiros). Em 13 de março de 2026 a Companhia obteve do Banco do Brasil a concessão de anuência (“*waiver*”), mediante o pagamento de prêmio correspondente a 1,5% (um ponto e meio por cento) do saldo devedor apurado em 31 de dezembro de 2025, pago em uma parcela em março de 2026. Em atendimento ao CPC 26 item 74, a dívida de R\$10.733 foi classificada para o passivo circulante.

22. Cessão de recebíveis

A Companhia realiza operações de cessão de recebíveis junto a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs) multicedentes de mercado, os valores contábeis negociados dos títulos em aberto em 31 de dezembro de 2025 são de R\$ 43.949 (R\$ 17.774 em 2024) no individual, no consolidado R\$ 17.774 em 2024. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

23. Salários e obrigações sociais

	2025	2024	Consolidado 2024
Ordenados e salários	4.805	4.680	7.351
Contribuições a recolher sobre folha	3.320	2.134	3.371
Provisão de férias e encargos	11.789	10.348	15.358
Total	19.914	17.162	26.080

24. Parcelamentos, impostos e contribuições

	2025	2024	Consolidado 2024
Circulante			
Parcelamentos (*)	24.067	17.694	29.457
IRPJ/CSLL	-	98	454
Pis/Cofins	-	1.093	1.093
Imposto e contribuições retidos na fonte	1.208	855	1.162
ICMS	215	191	336
Outros impostos e taxas	3.869	271	2.449
Total	29.359	20.202	34.951
Não circulante (*)			
2026	-	10.262	18.001
2027	20.769	7.213	13.797
2028	7.359	1.300	1.693
2029	5.474	-	-
2030	5.398	-	-
Total	39.000	18.775	33.491
Total	68.359	38.977	68.442

(*) A Companhia está adimplente com os parcelamentos, todos negociados no momento inicial em 60 parcelas atualizadas pela Selic e referem-se a parcelamentos previdenciários e ICMS sobre TUST/TUSD incidentes sobre a energia elétrica.

A movimentação dos parcelamentos de impostos está apresentada como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Saldo inicial	36.469	52.173	88.085
Amortização	(21.513)	(19.585)	(31.760)
Saldo de incorporação	18.752	-	-
Adição	26.030	-	-
Atualização Selic	3.329	3.881	6.623
Saldo final	63.067	36.469	62.948

25. Provisão para riscos

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Cíveis	Trabalhistas	Depósitos judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.024	(92)	932
Adições - provisão	6	-	1	7
Baixas - Reversão e pagamento	-	(5)	-	(5)
Atualizações	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6	1.019	(95)	930
Adições - Provisão	1.181	-	14	1.195
Baixa - Reversão e pagamento	(125)	(321)	-	(446)
Atualizações	-	-	(5)	(5)
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	9.228	117	(3)	9.342
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.290	815	(89)	11.016

	Consolidado			
	Tributárias e Cíveis	Trabalhistas	Depósitos judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	887	1.066	(113)	1.840
Adições - Provisão	3.779	-	19	3.798
Baixa - Reversão e pagamento	-	(10)	-	(10)
Atualizações	-	-	(4)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.666	1.056	(98)	5.624

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 28.390 tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$ 2.807 referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural (ITR), Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)) montam em R\$ 20.711. As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$ 4.872.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

26. Capital social e reservas**a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 151.350 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.304.063 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.011.167, todas escriturais e sem valor nominal.

O capital social em 31 de dezembro de 2024 era de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira foi aumentado em R\$ 1.350, para incorporação do patrimônio líquido contábil proporcional à participação dos acionistas minoritários da Cia de Fiação e Tecidos Santo Antonio, com a emissão de 11.167 (onze mil, cento e sessenta e sete) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

b) Reservas de lucros**Legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Estatutária

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento), no mínimo, serão aplicados na constituição da reserva para o desenvolvimento, a ser utilizada na aquisição de bens do ativo imobilizado ou em novos investimentos, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Incentivos fiscais e subvenções

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado, como redução da despesa de Imposto de Renda. Por determinação da Sudene a comprovação do benefício deverá registrada em reserva. Os benefícios apurados durante os períodos de prejuízos contábeis deverão ser recompostos assim que a empresa cobrir os prejuízos acumulados.

A Companhia usufruiu do benefício estadual relativo ao Crédito Presumido do ICMS criado pela Lei nº 14.559/2002 do Estado de Minas Gerais, regulamento pelo Decreto nº 43.508/2003, o montante de crédito apurado no período de 2014 a 2023 de foi R\$ 114.151, sendo este valor utilizado na exclusão na determinação do lucro real e não tributado pelo PIS e a Cofins. O valor acima foi superior aos prejuízos contábeis apurados no período de 2014 a 2022, o que impediu a constituição da reserva de lucro de subvenções para investimentos. A Lei Federal nº 12.973/2014 que trata de subvenções para investimentos em seu artigo 30 (em vigor até 1º de janeiro de 2024) estabelece: "As subvenções para investimentos, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere, e que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, aumento do capital social. No parágrafo 1º determina que a pessoa jurídica que deverá recompor a reserva à medida que recompor a reserva à medida que forem apurados lucros no períodos subsequentes. No parágrafo 2º determina que as subvenções serão tributadas caso não seja observado o disposto no parágrafo 1º ou seja dada destinação diversa.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros Acumulados.

d) Destinações do lucro líquido do exercício e dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(32.695)	110.535
Realização do custo atribuído	339	(113)
Lucros retidos (Absorção prejuízos)	(32.356)	(11.415)
Base para destinações	-	99.007
Constituição 5% para reserva legal	-	(4.950)
Constituição 5% para reserva estatutária	-	(4.950)
Constituição da reserva incentivo Sudene de isenção do imposto de renda	-	(8.346)
Constituição de parte da reserva para o incentivo estadual do crédito presumido de ICMS	-	(80.761)
Total	-	-

Constituição de reserva de Subvenção para investimento, relativa ao benefício estadual do Crédito presumido de ICMS apurado em períodos anteriores de prejuízos contábeis.

Nota Explicativa nº 26.b reserva de lucros.

e) Realização do Ganho de participação

Em 31 de agosto de 2023, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital da Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio. A controladora, Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, exerceu integralmente seu direito de subscrição, bem como subscreveu as ações excedentes, até completar o montante de 9.000.000 (nove milhões) de ações.

O valor total subscrito foi de R\$ 81 milhões, elevando sua participação no capital da investida de 85,435% para 98,544%. Essa variação gerou um ganho de participação reconhecido em resultado abrangente no montante de R\$ 3,4 milhões.

Esse ganho foi realizado em 30 de setembro de 2025, data em que a investida foi incorporada pela Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira.

27. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações contábeis separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia conclui que possui somente um segmento.

As três fábricas da Companhia se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins e denim) utilizados principalmente para vestuário. Compartilham também a mesma estrutura de um Centro de Distribuição para expedição de seus produtos.

28. Receita líquida de vendas

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	2025	2024	Consolidado 2024
Receita bruta			
Vendas mercado interno	973.474	1.173.567	1.164.611
Vendas mercado externo	23.589	22.692	30.840
Total	997.063	1.196.259	1.195.451
Deduções de vendas			
ICMS, PIS e Cofins	(158.948)	(198.719)	(148.660)
Devoluções e abatimentos	(9.281)	(7.910)	(10.014)
Total	(168.229)	(206.629)	(158.674)
Receita líquida	828.834	989.630	1.036.777

29. Custos e despesas por natureza

	2025	2024	Consolidado 2024
Salários, incluindo custo de rescisões	(86.727)	(75.173)	(114.606)
Benefícios	(29.929)	(23.616)	(38.848)
Custos previdenciários e FGTS	(29.418)	(26.709)	(41.385)
Matéria-prima e materiais de consumo	(412.099)	(525.032)	(392.906)
Energia elétrica	(42.225)	(45.048)	(72.367)
Combustíveis	(36.461)	(40.967)	(45.959)
Manutenções/serviços de terceiros	(33.172)	(27.306)	(35.342)
Depreciações e amortizações (Notas Explicativas nºs 17, 18 e 19)	(21.341)	(20.593)	(23.190)
Comissões	(15.422)	(17.801)	(19.409)
Fretes	(18.732)	(19.538)	(28.918)
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 9)	(5.140)	(1.088)	(2.727)
Outras despesas	(28.020)	(29.699)	(38.788)
Total	(758.686)	(852.570)	(854.445)
Classificadas como			
Custo dos produtos vendidos	(634.995)	(754.501)	(729.585)
Despesas comerciais	(47.463)	(48.679)	(60.862)
Despesas gerais e administrativas	(44.450)	(39.524)	(50.025)
Custo da ociosidade (Nota Explicativa nº 30) (*)	(31.778)	(9.866)	(13.973)
Total	(758.686)	(852.570)	(854.445)

(*) Custos da Ociosidade é considerado como Outras despesas.

30. Outras receitas/(despesas) líquidas

	2025	2024	Consolidado 2024
Outras receitas			
Venda de energia elétrica	440	151	182
Receita na venda de imobilizado	335	146	590
Baixa de arrendamento por incorporação	4.047	-	-
Receita de bens destinados a venda	2.980	-	-
Reversão de perdas	2.265	926	1.431
Prêmio de seguro	281	181	181
Prêmio de reciprocidade bancária	-	1.000	1.000
Outras receitas	168	124	225
Total	10.516	2.528	3.609
Outras despesas			
Provisão para perdas	(3.253)	(1.463)	(6.791)
Custo da ociosidade	(31.778)	(9.866)	(13.973)
Despesas tributárias (*)	(16.713)	(2.434)	(3.550)
Custo bens destinados a venda	(2.872)	-	-
Custos na venda de imobilizado	(1.512)	(866)	(1.802)
Indenizações Contratuais	(11)	-	-
Custo de sinistro	(226)	(185)	(185)
Outras despesas	(259)	(112)	(1.135)
Total	(56.624)	(14.926)	(27.436)
Total	(46.108)	(12.398)	(23.827)

(*) Provisão do ICMS incidente sobre as Tarifas de Uso do Sistema de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD) no montante de R\$ 13.714 referente ao principal.

31. Resultado financeiro

	2025	2024	Consolidado 2024
Receitas financeiras			
Descontos ativos	73	511	570
Receita de aplicações financeiras	4.396	2.755	3.106
Juros recebidos de clientes	1.381	2.362	2.928
Receitas financeiras de controladas	3.347	217	-
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	-	3	3
Outras receitas financeiras	444	80	144
Total	9.641	5.928	6.751
 Variações cambiais ativas	 2.316	 3.872	 5.286
Total	11.957	9.800	12.037
 Despesas financeiras			
Despesas financeiras - Controladas	(64)	(97)	-
Juros de Arrendamento	(3.796)	(7.350)	(7.794)
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	(1.276)	(250)	(882)
Juros pagos a fornecedores	(10)	(13)	(17)
Juros e encargos sobre financiamentos	(62.771)	(46.290)	(58.943)
Juros e mora sobre impostos e contribuições (*)	(13.355)	(4.014)	(6.944)
Cessão de recebíveis	(7.317)	(4.556)	(6.036)
Descontos concedidos	-	(8)	(163)
Outras despesas financeiras	(4.398)	(5.459)	(8.503)
Total	(92.987)	(68.037)	(89.282)
 Variações cambiais passivas	 (2.208)	 (3.861)	 (5.871)
	(95.195)	(71.898)	(95.153)
Total	(83.238)	(62.098)	(83.116)

(*) Os encargos sobre o ICMS incidentes sobre as tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD) parcelado montam R\$ 9.826.

32. Imposto de renda e contribuição social

- a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está descrita a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	(43.963)	81.395	(43.963)	81.395
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.991	(20.349)	3.957	(7.326)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(2.535)	3.161	(912)	1.138
Outros	(277)	(1.245)	(96)	(521)
IR e CSLL ajustados	8.179	(18.433)	2.949	(6.709)
Incentivo da Sudene	-	565	-	-
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	293	-	-
Total	8.179	(17.575)	2.949	(6.709)
Crédito tributário aproveitado de prejuízos anteriores	615	36.335	(475)	17.089
IR e CSLL efetivos	8.794	18.760	2.474	10.380
Alíquota efetiva	24,95%	24,95%	-	-
Parcela corrente	(132)	(11.855)	(247)	(4.459)
Parcela diferida	8.926	30.615	2.721	14.839

	Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social
	2024	2024
Lucro antes do imposto, contribuição social e participações	82.128	82.128
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(20.532)	(7.392)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Diferença da taxa de 25% para a taxa incentivada na controlada	(1.763)	-
Outros	1.080	213
IR e CSLL ajustados	(21.215)	(7.179)
Incentivo da Sudene	565	-
PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador	293	-
	(20.357)	(7.179)
Crédito tributário aproveitado (não reconhecido contabilmente) sobre prejuízos fiscais	38.420	17.578
IR e CSLL efetivos	18.063	10.399
Parcela corrente	(13.564)	(5.178)
Parcela diferida	31.627	15.577

b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado a seguir:

Ativo	Imposto de renda		Contribuição social		Consolidado	
					Imposto de renda	Contribuição social
	2025	2024	2025	2024	2024	2024
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	104.817	125.739	95.415	116.339	367.786	348.815
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	19.418	(20.922)	19.469	(20.924)	11.860	11.857
Provisões de obrigações operacionais	8.579	10.630	8.579	10.630	17.911	17.911
Provisões reduções de ativos	1.838	7.468	1.526	7.092	10.707	10.445
Provisões de contingências	30.494	1.026	30.494	1.026	5.834	5.834
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	165.146	123.941	155.483	114.163	414.098	394.862
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	9%
Crédito tributário	41.287	30.985	13.993	10.275	70.156	35.538
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	7.897	8.023	7.718	7.762	-27.111	-14.926
Total de imposto de renda e contribuição diferidos ativos	49.184	39.008	21.711	18.037	43.045	20.612
Total de imposto de renda e contribuição diferidos passivos	(26.578)	(20.394)	(11.851)	(8.040)	(26.955)	(11.992)
Impostos diferidos líquidos	22.606	18.614	9.860	9.997	16.090	8.620

(i) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2024.

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2034, conforme estudo aprovado pela administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	2025	2024	Consolidado 2024
2025	-	8.353	9.839
2026	1.834	10.982	12.525
2027	3.150	12.467	14.071
2028	3.399	14.780	16.443
2029 e 2034	62.512	10.462	10.780
Total	70.895	57.044	63.658

c) A composição dos tributos diferidos passivos é conforme apresentado a seguir:

	Imposto de renda		Contribuição social		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024	Imposto de renda 2024	Contribuição social 2024
Saldo no início do período/exercício	89.334	90.091	89.334	90.091	133.775	133.775
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29 de julho de 2011)	(1.023)	(103)	(1.023)	(103)	(584)	(584)
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(551)	(654)	(551)	(654)	59	59
Registro de incorporação por AGE em 30 de setembro de 2025	43.916	-	43.916	-	-	-
Base	131.676	89.334	131.676	89.334	133.250	133.250
Alíquotas	De 1,52% a 25%	De 1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	9%
Saldo impostos passivos diferidos	26.578	20.394	11.851	8.040	26.955	11.992

d) Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da Sudene, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Caetano Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 5 da DRFB-MC de 27 de março de 2019; e
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Victor Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 6 da DRFB-MC de 27 de março de 2019.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do *caput*, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

33. Lucro líquido por ação

O quadro a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares, exceto valores por ação):

	2025			2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro (prejuízo) do período	(18.639)	(14.056)	(32.695)	63.082	47.453	110.535
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.304	10.011	5.707	4.293	10.000
Prejuízo líquido básico e diluído por ação						
	(3,27)	(3,27)	(3,27)	11,05	11,05	11,05

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

34. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. Em 27 de setembro de 2025 foi contratada cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, totaliza R\$ 60.000). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando R\$ 4.529).

35. Contratos futuros

A Companhia possui contratos de fornecimento de algodão para entrega futura, com preços a serem fixados conforme cotações do índice Esalg e/ou mercado futuro de algodão na Bolsa de Nova York (*Intercontinental Exchange* (ICE));

A Companhia possui contratos de longo prazo de fornecimento de energia elétrica.

Os valores assumidos podem ser assim resumidos:

Natureza	R\$ - USD milhões	Prazo
Aquisição de algodão (Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - Esalg)	R\$ 88,22	até 12/2026
Aquisição de algodão (<i>International Cotton Exchange</i> - ICE) Bolsa de NY	USD 18,31	até 12/2026
Aquisição de energia	R\$ 108,00	até 12/2027

36. Transações que não envolvem caixa

Durante os períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2025	2024	Consolidado 2024
Capitalização de juros de empréstimos	809	1.065	1.527
Remensuração de contratos de arrendamentos	(30.515)	-	-
Adição de arrendamento financeiro	4.503	10.376	11.113
Pis e Cofins sobre arrendamentos	-	4.305	1.293
Bens destinados a venda	-	2.872	2.872
Lucros não realizados - estoque	3.200	-	-
Compensação de parcelamento com crédito de ICMS	2.568	-	-
Efeitos da incorporação - Títulos e valores mobiliários	(473)	-	-
Efeitos da incorporação - Bens destinados a venda	(210)	-	-
Efeitos da incorporação - Outros investimentos	(5)	-	-
Efeitos da incorporação - Imobilizado	(191.226)	-	-
Efeitos da incorporação - Direito de uso em arrendamento	(3.290)	-	-
Efeitos da incorporação - Intangível	(38)	-	-
Efeitos da incorporação - Empréstimos e financiamentos	40.570	-	-
Efeitos da incorporação - Arrendamento por direito de uso	1.834	-	-
Efeitos da incorporação - Empréstimos e financiamentos	31.427	-	-
Efeitos da incorporação - Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.792	-	-
Efeitos da incorporação - Arrendamento por direito de uso	2.292	-	-

Conselho de administração

Fabiano Soares Nogueira – Presidente

André Maurício Miranda – Vice-presidente

Renato Mascarenhas Alves

Victor Mascarenhas de Freitas Borges

Adauto Alves Ribas

Haroldo Guimarães Brasil

Marco Túlio Fernandes Ferreira

Diretoria

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor presidente, Diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores

Luiz César Guimarães – Diretor comercial

Patrick Melo Pinheiro - Diretor industrial

Responsáveis técnicos

Paulo César Soares – Gerente de Controladoria – Contador CRC-MG 32.041/O-4

Antônio Pereira Filho – Contador CRC-MG 49.896/O-1

* * *

ORÇAMENTO DE CAPITAL**2026 - Valores em R\$ mil**

Aplicações	241.321
Investimentos	40.000
Amortizações de financiamentos e parcelamento de impostos	201.321
Fontes	241.321
Geração própria e/ou novos financiamentos e/ou desinvestimentos	241.321

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

Para fazer frente às necessidades de capital para aplicação em investimentos e amortizações de dívidas, serão necessários R\$ 241,3 milhões. As fontes de recursos serão a geração própria e captação de recursos de terceiros.

Fábio Mascarenhas Alves

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício 2025, autorizando sua conclusão nesta data.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor presidente, Diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores

Luiz César Guimarães – Diretor comercial

Patrick Melo Pinheiro - Diretor industrial

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2025, emitido nesta data. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

Fábio Mascarenhas Alves – Diretor presidente, Diretor administrativo-financeiro e de relações com investidores

Luiz César Guimarães – Diretor comercial

Patrick Melo Pinheiro - Diretor industrial